



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

Secretaria de Assistência Social

PLANO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

**TOLEDO
2010-2013**

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	RODA DOS EXPOSTOS.....	18
FIGURA 2 -	MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS CASAS DOS EXPOSTOS NO BRASIL.....	18
FIGURA 3 -	COMPANHIAS DE APRENDIZES DE MARINHEIROS.....	19
FIGURA 4 -	MAPA DE TOLEDO VIA SATÉLITE.....	49

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 -	VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS CRIANÇAS 2009.....	79
GRÁFICO 2 -	VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS ADOLESCENTES 2009.....	79
GRÁFICO 3 -	VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS CRIANÇAS 2010.....	80
GRÁFICO 4 -	VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS ADOLESCENTES 2010.....	81
GRÁFICO 5 -	PERFIL DAS VIOLAÇÕES 2010 CONFORME AGENTE VIOLADOR.....	82

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	PLANEJAMENTO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO.....	9
TABELA 2 -	PARÂMETROS LEGAIS REFERENTES AO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA.....	37
TABELA 3 -	TOLEDO – EXPANSÃO DEMOGRÁFICA.....	48
TABELA 4 -	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL – 2008.....	48
TABELA 5 -	ASPECTOS HABITACIONAIS DE TOLEDO.....	49
TABELA 6 -	PERFIL DAS VIOLAÇÕES 2009 CONFORME AGENTE VIOLADOR.....	82
TABELA 7 -	PLANEJAMENTO DE AÇÕES 2010-2013.....	85

LISTA DE FLUXOGRAMA

FLUXOGRAMA 1 -	MODELO DE FAMÍLIA PATRIARCAL.....	16
----------------	-----------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS

ABRAPIA – Associação Brasileira de Proteção à Infância e Adolescência
AI – Ato Institucional
ANL – Aliança Nacional Libertadora
APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
BM – Banco Mundial
CAPS/AD – Centro de Apoio Psicossocial – Álcool Drogas
CLAVES – Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde
CMDCA – Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CRAMI – Centro Regional de Atendimento aos Maus-tratos na Infância
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FIA – Fundo para Infância e Adolescência
FMI – Fundo Monetário Internacional
IELB – Igreja Evangélica Luterana do Brasil
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MNMMR – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
MUT – Movimento de Unificação dos Trabalhadores
NOB – Norma Operacional Básica
ONU – Organização das Nações Unidas
RH – Recursos Humanos
SAIJ – Serviço Auxiliar à Infância e Juventude
SETP – Secretaria de Estado, Trabalho e Promoção Social
SIPIA – Sistema de Informação para Infância e Adolescência
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
UBS – Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	2
LISTA DE GRÁFICOS	3
LISTA DE TABELAS	4
LISTA DE FLUXOGRAMA	4
LISTA DE SIGLAS	5
1. IDENTIFICAÇÃO	7
2. INTRODUÇÃO	8
3. MARCO CONCEITUAL	12
3.1 AS PARTICULARIDADES DA INFÂNCIA NO BRASIL	12
3.1 AS PARTICULARIDADES DA INFÂNCIA NO BRASIL	12
3.1.2 Famílias brasileiras: novos arranjos e a busca pela garantia dos direitos	30
3.2 CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA: O ACESSO AO DIREITO	33
3.2 CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA: O ACESSO AO DIREITO	33
3.2.1 Convivência Familiar	33
3.2.2 - Convivência Comunitária	35
3.3 VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES: FAMÍLIA ENQUANTO ESPAÇO DE AFETO E DE CONFLITO	40
3.3 VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES: FAMÍLIA ENQUANTO ESPAÇO DE AFETO E DE CONFLITO	40
4. OBJETIVOS	44
4.1. OBJETIVO GERAL	44
4.1. OBJETIVO GERAL	44
4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	44
4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	44
5. METODOLOGIA DE ARTICULAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO PLANO	45
6. BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO	46
7. MARCO SITUACIONAL	51
7.1 SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE TOLEDO	51
7.1 SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE TOLEDO	51
7.1.1 CASA LAR BEM ME QUER	51
7.1.2 Casa Abrigo Menino Jesus	56
7.1.3 Casa Abrigo dos Adolescentes	64
7.1.4 Casa Lar Dorcas	71
7.2 CONSELHO TUTELAR: A DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	78
7.2 CONSELHO TUTELAR: A DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	78
.....	79
9. PROCESSO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	92

1. IDENTIFICAÇÃO

ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Assistência Social

CNPJ: 76.205.806./0001-88

ENDEREÇO: Rua Dr. Cyro Fernandes do Lago, 167

DATA DE ELABORAÇÃO: julho/ 2010

REGISTRO NO CONSELHO MUNICIPAL Nº

DATA:

DELIBERAÇÃO Nº:

DATA:

PUBLICAÇÃO DATA :

PG:

PRESIDENTE DO CONSELHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Lineu Wutzke

GESTÃO: 2009 a 2011

DATA DE MANDATO: 15/07/2009 à 15/07/2011

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO:

Marilia Borges

Rejane Linck Neumann

Lucimar Recalcatti Vieira

Ivone Laguna Abreu

Lineu Wutzke

Ângela Kant Martins

Ires Damian Scuzziatto

Roseli Terezinha Gass

Rosiany Favareto

Joana Paula Peracchi

Daiane Cristina Delazeri

Suélen Vendruscolo

2. INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes subsidia a Política Municipal para a Criança e o Adolescente e refere-se ao período 2010-2013. Este documento tem como base a Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (ECA), Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, Sistema Único de Saúde, Sistema Único de Assistência Social, Orientações Técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, Plano Municipal de Educação, Plano Municipal de Saúde, Plano Municipal de Assistência Social, Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Plano Plurianual e Deliberações da V Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Com o intuito de resgatar o processo histórico de construção do Plano assinala-se que a discussão sobre o acolhimento institucional surgiu nas reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), especificamente na reunião ordinária do dia dezenove de agosto conforme Ata 35/2009, momento em que foi realizada leitura da Portaria 48/2009 que estabelece regras para os conselhos tutelares e entidades de atendimento que desenvolvam programas de abrigo no âmbito da Comarca de Toledo instituída pelo Juiz de Direito e Promotora de Justiça.

A partir disso, estabeleceu-se que a Comissão formada pela Comissão Técnica do CMDCA, Representantes das entidades de acolhimento, conselheiros tutelares e representante da gestão da proteção social especial discutiriam a Portaria 48/2009 e o acolhimento institucional.

A Comissão reuniu-se duas vezes, além de discutir no CMDCA nas reuniões dos meses de setembro, outubro e novembro e em reunião extraordinária no dia três de dezembro de 2009 o CMDCA elaborou a Deliberação 04/2009 conforme Anexo 1.

No decorrer deste processo realizaram-se reuniões com o Poder Judiciário, Promotoria de Justiça, Equipe do Serviço Auxiliar à Infância e Juventude (SAIJ), representantes do CMDCA, Secretários de Assistência Social e Equipe da Casa

Abrigo Menino Jesus.

Devido o descumprimento da Deliberação 04/2009 a Promotora de Justiça com base nos preceitos legais da Constituição Federal de 1988 e ECA propôs a ação civil pública Autos 2862/2010.

Diante disso, no dia trinta de abril de 2010 realizou-se a Audiência de Conciliação em que materializou-se o acordo sobre as ações a serem realizadas e os prazos para tal, com a presença o Prefeito Municipal, Advogado João Carlos Poletto, Promotora de Justiça Kátia Krüger, Presidente do CMDCA Lineu Wutzke, Secretário de Assistência Social Astor Pedro Christ, Representante do CMDCA e Casa Lar Dorcas Rejane Linck Neumann e Diretora do Departamento de Proteção Social Especial Marília Borges, além de que estabeleceu-se que o CMDCA ficará responsável pela fiscalização do cumprimento dos itens descritos no Termo de Audiência de Conciliação conforme Anexo 2.

O item G do Termo assinala que no prazo de 90 (noventa) dias o município deve “elaborar Plano Municipal de acolhimento institucional e familiar”. Além disso, justificam a elaboração do Plano o aumento gradativo do número de crianças e adolescentes sob medida de proteção acolhimento institucional e o processo de monitoramento sobre a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) realizado pela Equipe da Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social (SETP) que exige a elaboração do documento.

Sendo assim, no mês de julho de 2010 foi realizada reunião com representantes das instituições de acolhimento, Direção da Proteção Social Especial e representantes do CMDCA com o intuito de apresentar a proposta de Roteiro para construção do Plano.

O calendário no mês de julho para elaboração do Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes constitui-se da proposta:

TABELA 1 – PLANEJAMENTO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO

ATIVIDADES	DATA
Envio do Formulário Norteador sobre os serviços de acolhimento institucional à crianças e adolescentes	02

Devolução das informações para sistematização por parte do Departamento de Proteção Social Especial	09
Reunião da Comissão de Acolhimento para análise e apontamentos do Plano	19
Apreciação e aprovação do Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes	26
Operacionalização do Plano	A partir do mês de agosto de 2010

Diante disso, a estrutura do Plano Municipal de constitui do item 1. em que há a identificação do Plano, com as informações referentes à Comissão de Elaboração e no item 2. elaborou-se a introdução sob a perspectiva de resgatar historicamente a necessidade da estruturação deste documento.

No item 3. Marco conceitual, realiza-se a discussão teórica sobre a história da infância e da família no Brasil, sobre os conceitos de família, crianças e adolescentes que embasam o Plano e sobre o direito à convivência familiar e comunitária.

No item 4. tem-se a apresentação dos objetivos do Plano, em que constitui-se como Objetivo Geral *“Orientar o acolhimento familiar e institucional no município de Toledo, com vistas a formulação de ações na busca pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, especialmente o direito à convivência familiar e comunitária”* e como Objetivos específicos *“Identificar a realidade evidenciada pelas instituições de acolhimento; Aprofundar teoricamente as legislações e documentos que regulamentam o direito à convivência familiar e comunitária; Mapear a rede de atendimento que garante os direitos das crianças e adolescentes que estão acolhidos; Discutir estratégias de ação junto aos profissionais da rede de atendimento governamental e organizações da sociedade civil, no sentido de fortalecer as relações familiares em detrimento do rompimento dos vínculos; Propor ações para o período de 2010-2013 com vistas de garantir a qualidade no atendimento às crianças e adolescentes através do acolhimento familiar e institucional”*.

O item 5. Metodologia de articulação e construção do Plano busca levantar a discussão sobre a garantia de efetivação do Plano Municipal através do processo intervenção a partir dos objetivos específicos.

A partir disso, no item 6. apresenta-se um breve histórico do município de Toledo com objetivo de contextualizar a realidade local sendo base para a discussão do item 7. Marco situacional, sendo subdividido no item 7.1 em que há a identificação dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes da Casa Lar da APAE (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais), Casa Abrigo Menino Jesus, Casa Abrigo dos Adolescentes e Casa Lar Dorcas e, item 7.2 em que são apresentados dados referentes à violação dos direitos das crianças e dos adolescente conforme os atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar e registros do SIPIA (Sistema de Informação para Infância e Adolescência).

No item 8. são estabelecidas as Propostas de Ação para o período de 2010-2013 através da participação efetiva do CMDCA, da mesma forma que explicitado no item 9. que apresenta o Processo de Monitoramento e Avaliação do Plano.

Diante da apresentação do Plano, há as considerações finais que sugerem a análise deste processo de estruturação dos serviços de garantia do direito à convivência familiar e comunitária e as referências que apresentam a base teórica evidenciada no Plano.

Diante dessas premissas, a discussão que permeia a defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes tem como alicerce legal no Brasil o Art. 227 da Constituição Federal de 1988, que preconiza que

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2004a).

Isso reitera a importância da família enquanto base para a formação do sujeito, que assim como a sociedade e o Estado possuem o dever de garantir o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos.

Um dos direitos referidos no ECA é o direito à convivência familiar e comunitária, sendo esta a proposta de construção do Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos a Convivência Familiar e Comunitária.

3. MARCO CONCEITUAL

Na busca por compreender o conceito de família que pretende-se discutir e embasar as propostas de ação na garantia dos direitos à convivência familiar e comunitária, pretende-se ressaltar que ao passo que o sistema capitalista legitima a sua expansão, as diferenças e conflitos que emergem da contradição essencial capital e trabalho aumentam processualmente, o que tende a fortalecer a geração e crescimento das desigualdades sociais, considerando que o sistema está alicerçado na concentração e acumulação de renda.

No que se refere à situação da família e da educação a partir do sistema capitalista de produção, Marx e Engels assinalam que

As declamações burguesas sobre a família e a educação, sobre os doces laços que unem a criança aos pais, tornam-se cada vez mais repugnantes à medida que a grande indústria destrói todos os laços familiares do proletário e transforma as crianças em simples objetos de comércio, em simples instrumentos de trabalho. (1872:28).

A partir disso, a inserção das mulheres e crianças no mercado de trabalho, como forma de garantir a subsistência das famílias, em atividades penosas e condições sub-humanas que geram mudanças significativas.

Diante do entendimento do processo histórico que marcou a infância, a família e a sociedade em sua totalidade, tem-se como perspectiva compreender as manifestações históricas com base na realidade social do Brasil, na busca constante para a formulação de ações no enfrentamento desse contexto.

3.1 AS PARTICULARIDADES DA INFÂNCIA NO BRASIL

Com o processo de expansão marítima¹ dos países europeus, em 1500 há a chegada dos portugueses ao Brasil que nos primeiros 30 (trinta) anos de colonização²

¹ Conforme Alencar, Carpi e Ribeiro “A expansão marítima não se realizava por acaso: ela atendia a interesses da classe feudal e da jovem burguesia comercial, associada aos genoveses. Buscava-se superar a escassez de cereais no reino, ampliar a lavoura açucareira para além do Algarve (sul de Portugal), ter acesso aos metais preciosos da África, especialmente ao ouro do Sudão e às especiarias e artigos de luxo do Oriente. Para isso – que ampliaria as fontes de renda do Estado monárquico – navegar era preciso”. (1981:09).

² No que se refere à colonização do Brasil, Prado Júnior assinala que “colonizar’ ainda era

realizaram a exploração do pau-brasil, pois além do grande valor que este produto representava no mercado europeu, as possibilidades mercantis não eram muitas, pois as comunidades locais nada ofereciam. (ALENCAR, CARPI e RIBEIRO, 1981:10). No Brasil foi desenvolvida a colonização para exploração³, sendo que a relação entre a colônia e a metrópole se baseou na dependência, em que

(...) a grande extensão de terras doadas para o plantio de cana garantia ao engenho a possibilidade de aumentar sua produção e de auferir maiores lucros. O latifúndio permitia a substituição constante das terras utilizadas por outras ainda virgens, dispensando investimentos em práticas de fertilização ou em melhorias técnicas. A monocultura, de um lado, atendia às exigências de produção em larga escala para um mercado europeu ávido por açúcar e, de outro, atacava a Colônia às linhas de comércio metropolitano. Concentrando seus esforços na produção açucareira, a Colônia em tudo dependia do abastecimento metropolitano, constituindo-se em mercado consumidor de produtos europeus. (FERLINI *apud* MOCELLIN, 1987:36-37).

A apreensão histórica sobre a infância no Brasil é essencial para o entendimento sobre as condições de vida e as relações sociais, pertinentes à realidade concreta da colonização brasileira. Segundo Ramos (2002:19-20), no Brasil, a história sobre as crianças passa a ser discutida a partir de 1530, quando as embarcações lusitanas do século XVI também buscaram a Terra de Santa Cruz⁴. Nas embarcações normalmente inexistiam mulheres e, portanto, as crianças eram obrigadas a aceitar abusos sexuais dos marujos e, quando as embarcações eram atacadas pelos piratas, as crianças eram escravizadas, e forçadas a servirem nos navios, sendo prostituídas e exauridas até a morte.

Para que possamos identificar o desrespeito à criança no período de expansão marítima na Europa, é importante apresentar que a expectativa de vida das crianças era de 14 anos (SERRÃO *apud* RAMOS, 2002:20-22), o que fazia com que os estamentos⁵

entendido como aquilo que dantes se praticava; fala-se em colonização, mas o que o termo envolve não é mais que o estabelecimento de feitorias comerciais (...). Na América a situação se apresenta de forma inteiramente diversa: um território primitivo, habitado por rala população indígena, incapaz de fornecer qualquer coisa realmente aproveitável" (1998:16).

³ A colonização para exploração tem como base uma região habitada por pessoas (colonos) que produziam um só produto e utilizavam mão-de-obra escrava, para sustentar o mercado externo (metrópole), diferentemente da colonização para povoamento em que "(...) a região era habitada por pessoas que se dedicavam às atividades econômicas que não interessavam à metrópole, pois esta já possuía" (TOTA, 1999:64).

⁴ Terra de Santa Cruz foi como a denominou Dom Manuel, sendo esse termo substituído posteriormente por Brasil materializando-se a predominância dos interesses econômicos sobre os aspectos religiosos e ideológicos, inspiração de críticas que conforme o cronista João de Barros "por artes diabólicas se mudava o nome de Santa Cruz, tão pio e devoto, para o de um pau de tingir panos". (*apud* ALENCAR, CARPI e RIBEIRO, 1981:10-12).

⁵ "A sociedade estamental, que vigorou na Idade Média na Europa, (...). Consistiu em uma forma de estratificação (...) assentada em parâmetros de honra, hereditariedade e linhagem, que se

mais baixos das crianças portuguesas fossem consideradas como animais e sua força de trabalho era utilizada enquanto durassem suas curtas vidas.

As crianças que participavam das embarcações eram denominadas grumetes e pagens. Os grumetes eram as crianças que passavam por condições árduas de trabalho e sobrevivência; os pagens tinham um cotidiano menos árduo e com chances de alcançar os cargos na Marinha. O recrutamento dessas crianças na Marinha dava-se entre as famílias portuguesas pobres, porém a maioria provinha de setores médios urbanos, de famílias protegidas pela nobreza ou de famílias da baixa nobreza, pois entendia-se a inserção dos filhos no contexto de expansão marítima, como a forma mais eficaz de ascensão social⁶. (RAMOS, 2002).

Além disso, eram transportadas nos navios as “órfãs Del Rei”, que se referiam às meninas e jovens pobres entre 14 e 30 anos, considerando que as mesmas eram destinadas ao matrimônio como forma de evitar a constituição de famílias por parte dos marinheiros com as nativas das terras a serem exploradas e colonizadas, além de que embarcavam nos navios entre dez e quinze crianças como passageiras acompanhadas de seus pais ou parentes, na esperança de melhores condições de vida no Brasil. (RAMOS, 2002:32-34).

Na expansão marítima as crianças eram vítimas de diferentes formas de violência, algumas eram escravizadas nos navios, outras eram recrutadas para a execução de trabalhos arriscados, sendo consideradas pouco mais que animais, cuja força de trabalho era aproveitada ao máximo, além disso, tanto a podridão dos alimentos, quanto as doenças que poderiam acometer as crianças aumentavam a taxa de mortalidade infantil nos navios. Outro fato que vitimizava as crianças à bordo, se baseava na pedofilia e prostituição. A primeira acontecia entre as crianças e os “criminosos” cuja pena de decapitação ou enforcamento era substituída pelo serviço marítimo, e a segunda se manifestava pela prostituição das crianças na busca pela proteção do adulto⁷. (RAMOS, 2002).

Os padres jesuítas, desembarcados na Bahia em 1549, desempenharam papel educativo no esforço de ensinar meninos a ler e orar, com o intuito de difundir o cristianismo entre as crianças portuguesas, mestiças e indígenas. Nesse período, a

configuravam como elementos organizadores e distribuidores dos indivíduos nos estamentos sociais. A hierarquia social encontrava-se estabelecida com base em um complexo de valores culturais fundados e unidos pela tradição, que era o elemento central definidor da rede de relações sociais”. (FERREIRA, 2001:124).

⁶ Ver mais a respeito Ramos (2002:20-31).

⁷ Ver mais a respeito Ramos (2002:18-28).

Igreja católica aparece como tutora da colônia brasileira, com sua presença tanto religiosa, quanto política no cotidiano das pessoas e, através da catequização dos índios organizou-os em comunidades de trabalho coletivo sob seu direito e pleno controle, porém essa perspectiva de ação colidiu com os interesses dos colonos e dos impérios coloniais. (TEIXEIRA, 2000:66-67).

A Igreja constituiu-se como um instrumento para a garantia da unidade política, e os jesuítas utilizaram a educação como agente colonizador. Inicia-se em 1549 a construção de escolas para catequizar os índios, educar os filhos dos colonos, formar novos sacerdotes e controlar a fé e moral dos habitantes do Brasil, o que se afirma enquanto processo de “colonização” dos povos. (ARANHA, 1996:99:101).

A Companhia de Jesus considerava a dificuldade em converter os índios adultos que já tinham seus costumes e, diante dessa realidade a Igreja se prendia na conversão dos filhos destes para a obtenção do objetivo proposto de repasse da fé cristã e possibilidade de alianças entre os grupos indígenas e os padres na conversão destes povos, além disso, alguns pais entregavam seus filhos para que fossem ensinados pelos padres. (CHAMBOLEYRON, 2002:58-59).

Os povos indígenas sofreram com o processo de colonização, pois perderam muitos aspectos de sua cultura a partir do processo de aculturação, em que os portugueses impuseram a cultura que deveria ser seguida. No que se refere à civilização dos índios, Aranha e Martins assinalam que

(...) desde o início da civilização o índio se encontra à mercê de três interesses, que ora se complementam e ora se chocam: a metrópole deseja integrá-lo ao processo colonizador, o jesuíta quer convertê-lo ao cristianismo e aos valores europeus, e o colono quer usá-lo como escravo para o trabalho. (1996:101).

No período do Brasil colônia (1500-1822), a infância estava sendo descoberta como resultado da transformação nas relações entre indivíduo e grupo, na qual a Igreja e Estado tiveram um papel fundamental, considerando que o processo de ensino propiciado pelos padres jesuítas tinha como principal objetivo a difusão dos valores cristãos. (CHAMBOULEYRON, 2002:55-58).

Além das crianças indígenas que viveram o período da colônia, 20% (vinte por cento) do total de escravos traficados eram crianças negras embarcadas, que no Brasil eram escravizadas, violentadas e muitas delas eram abandonadas, pois os “senhores” queriam que estas mães negras amamentassem os filhos das “sinhas”. (ALBERTON, 2005:45-46).

Nesse período, eram enviadas correspondências entre a metrópole e a colônia, como forma de informar quanto à situação dos “povos”, quando havia perigo de revoltas e outros problemas. Estes documentos não consideravam os aspectos familiares, nem a caracterização das crianças, sendo estas consideradas como questão secundária⁸. (SCARANO, 2002). Em relação à forma da constituição familiar caracteriza-se como família patriarcal⁹ e, segundo Samara, a família patriarcal

(...) era a base desse sistema mais amplo e, por suas características (...), estimulava a dependência na autoridade paterna e a solidariedade entre os parentes. (...) a família brasileira, no período colonial, apresentava uma feição complexa, incorporando ao seu núcleo central componentes de várias origens, que mantinham diversos tipos de relações com o dono da casa, sua mulher e prole legítima. (1993:10-11).

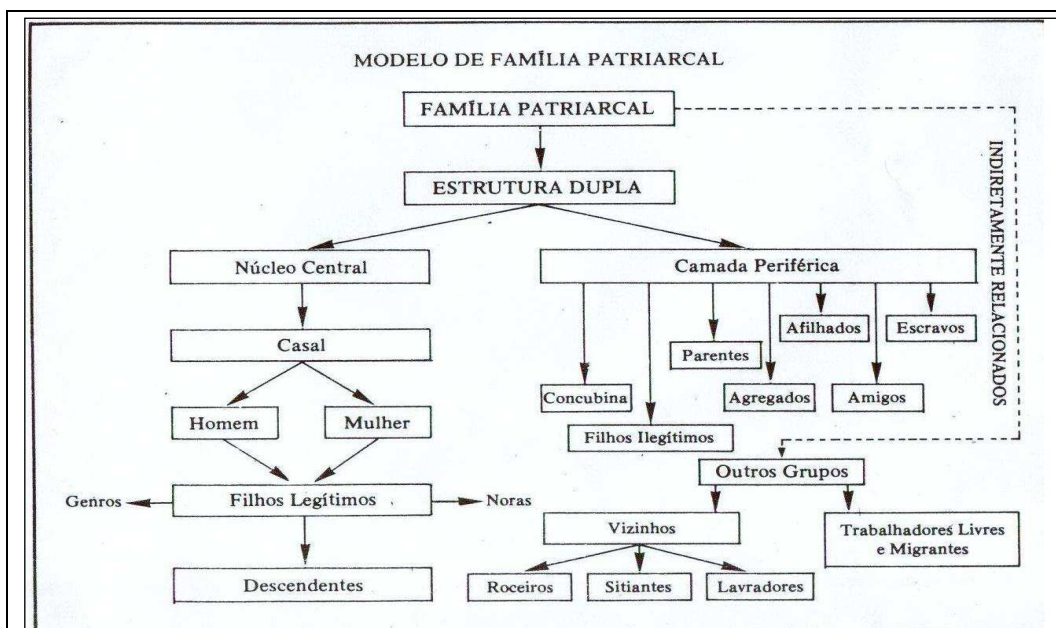
Mediante essa configuração, a família desempenhou papel fundamental, aparecendo como solução para os problemas de acomodação sócio-cultural e da população livre e pobre, pois através da concentração de pessoas no modelo de família patriarcal, são desenvolvidos laços e relações que fundamentam o processo de reprodução das relações sociais¹⁰, com sentido “apaziguador”. (SAMARA, 1993), que podem ser visualizadas conforme o Fluxograma 1:

FLUXOGRAMA 1 – MODELO DE FAMÍLIA PATRIARCAL

⁸ Ver mais a respeito Scarano (2002:107-112).

⁹ Nesse sentido, Teixeira assinala que “A colonização agrária e escravista, combinada com a tradição patriarcal portuguesa, constitui a base do patriarcalismo brasileiro”. (2000:58).

¹⁰ Ver mais a respeito Samara (1993:10-14).



FONTES: SAMARA, 1993:15.

A estrutura das famílias demonstra como a sociedade colonial era autoritária e fechada, em que o pai ocupava a função de comando da família e a ele todos deviam obediência e respeito. Possuía um grande poder sobre as pessoas de sua família, parentes mais próximos, pequenos proprietários e sobre os escravos. Todos os assuntos e problemas familiares eram decididos por ele, desde o destino dos filhos até a distribuição da herança. (HISTÓRIA..., 2005).

No século XIX, a criança passa a inspirar carinho e atenção por parte dos pais, além de que o estado de gravidez provoca expectativas e incertezas devido às doenças da época¹¹. (MAUAD, 2002). No que tange as práticas de cuidados e comportamentos em relação às crianças e adolescentes Mauad explica:

Além da mãe, habitavam o mundo da criança outros personagens principais: o pai, a avó e as tias; e uma variedade de coadjuvantes: preceptoras, aias, amas, damas, açafas, retetas, fâmulas, pajens etc. Quanto mais ricos e nobres, na escala social, tanto mais distante dos pais estavam as crianças. (2002:160).

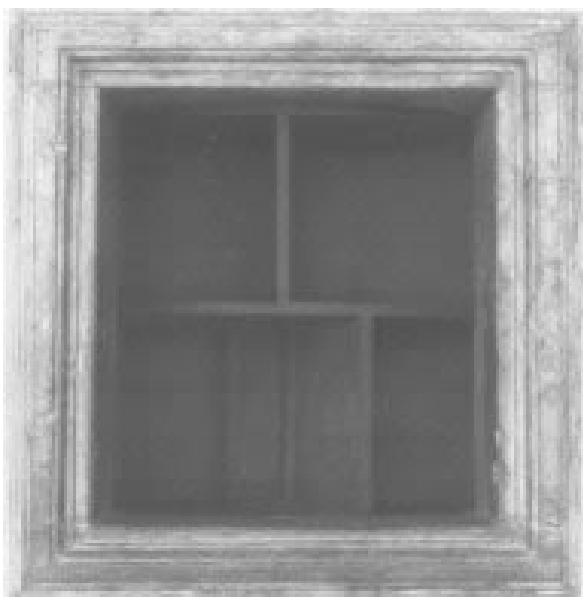
Cabe ressaltar que, paralelamente à esse contexto, foram criadas as Roda dos Expostos¹² que designou à Irmandade da Misericórdia a responsabilidade do

¹¹ Ver mais a respeito Mauad (2002:156-160).

¹² “A Roda dos Expostos – destinava-se à proteção de crianças abandonadas nascidas na ilegitimidade. Tratava-se de um sistema parecido com uma janela que dava para a rua e girava em um eixo perpendicular. Esta era dividida em quatro setores por compartimentos triangulares, um dos quais se abria sempre para o lado externo, que dava para a rua, onde eram depositadas as crianças. As primeiras modalidades desse estilo de proteção à infância surgiram no século XVIII, nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro e Recife”. (CARVALHO, 2000:185). Além disso, Melo (apud LIBERATI, 2002:28) assinala que era

atendimento às crianças e adolescentes, além das Casas de Expostos junto às Santas Casas¹³ que atendiam meninas e meninos até os 7 anos, a partir disso eram encaminhados para trabalho nos arsenais ou em vários mercadantes. (VENÂNCIO, 2002:195-198). Nesse sentido a Roda dos Expostos pode ser observada na Figura 1 e a localização das Casas dos Expostos no Brasil está retratada no mapa do país na Figura 2:

FIGURA 1 – RODA DOS EXPOSTOS



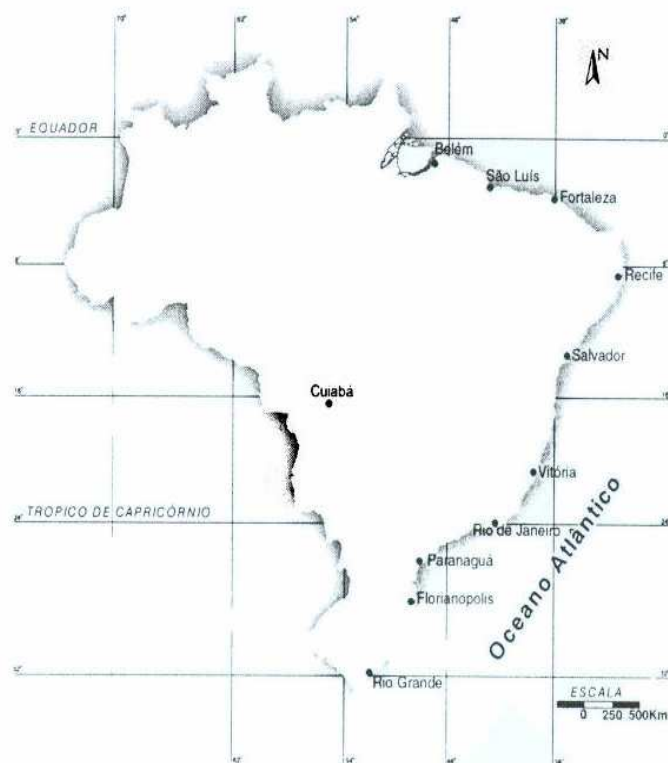
FONTE: ARAÚJO, 2006.

FIGURA 2 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS CASAS DOS EXPOSTOS NO BRASIL

“(…) uma grande roda giratória para recolher crianças abandonadas que para aí podiam ser levadas, sem precisarem os pais aparecer e se expor”.

¹³ Tais instituições funcionavam de acordo com os regimentos lusitanos, recebendo e mantendo meninos e meninas acolhidas por sua condição de abandono. (VENÂNCIO, 2002:196).

MAPA I. CASAS DE EXPOSTOS: 1726-1855



FONTE: VENÂNCIO, 2002:197.

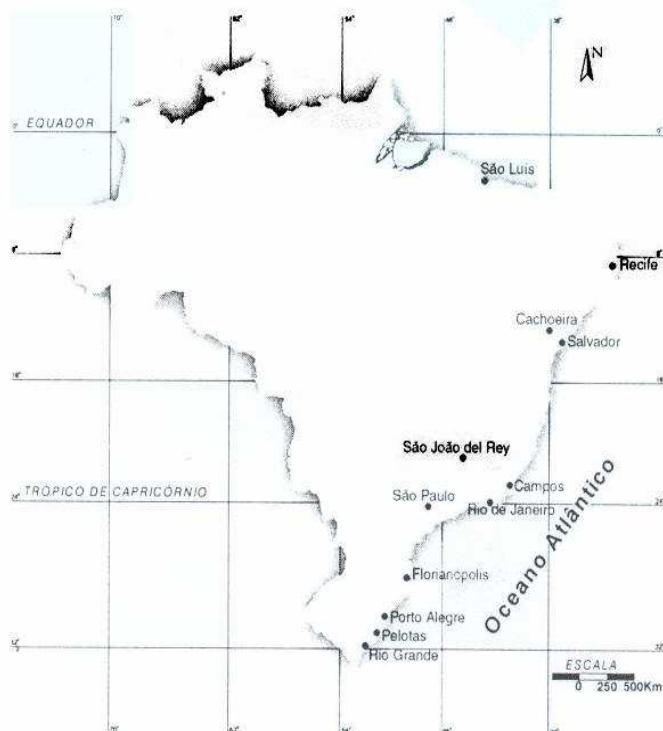
No que se refere ao recrutamento de crianças, o Brasil representava atitudes ambíguas: sendo que após a Independência recrutaram-se crianças para a Marinha valorizando a formação na Companhia de Aprendizes Marinheiros¹⁴; porém, com a Guerra do Paraguai¹⁵, os burocratas imperiais enviaram inúmeras crianças sem treinamento aos campos de batalha. (VENÂNCIO, 2002:192). Quanto à localização das Companhias de Aprendizes de Marinheiros no Brasil, pode ser observada na Figura 3:

FIGURA 3 – COMPANHIAS DE APRENDIZES DE MARINHEIROS

¹⁴ Conforme Venâncio “(...) pela primeira vez era criada no Brasil uma instituição inteiramente pública para menores que não pudessem permanecer sob a custódia dos hospitais ou de responsáveis”. (2002:199).

¹⁵ A Guerra do Paraguai que aconteceu de 1865-1870 foi uma forma de combater o desenvolvimento autônomo que o país estava representando no cenário mundial, e com a afirmação da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) financiada pela Inglaterra seguem anos de guerra que “desgastaram” os países participantes. (TEIXEIRA, 2000:160-164).

MAPA II. COMPANHIAS DE APRENDIZES MARINHEIROS: 1840-1864



FONTE: VENÂNCIO, 2002:197.

Porém conforme Venâncio

(...) quando as primeiras instituições de formação de marinheiros foram criadas no Brasil, elas há muitas décadas, haviam revelado o quanto é utópica a esperança na transformação sistemática dos meninos enjeitados em soldados ideais. A experiência mostrara que os meninos saídos do turbilhão do abandono eram quase sempre seres de saúde precária e que, por razões óbvias, não tinham a menor noção do que significava o 'devoto amor filial à nação' (...). (2002:198).

Na sociedade imperial brasileira (1822-1889) os pais davam liberdade para os filhos enquanto eram pequenos, mas por pouco tempo, pois os filhos das famílias ricas eram enquadrados nos padrões da sociedade e os filhos de famílias pobres constituíam-se enquanto força de trabalho e as ações no que se refere à infância continuaram a ser realizadas pela Igreja Católica. (ALBERTON, 2005:46).

Pode-se perceber, a partir da análise crítica dos atendimentos realizados às crianças no decorrer do processo histórico do Brasil Colonial, a descrença apresentada pelas instâncias de poder diante do abandono de crianças e adolescentes, configurando a situação de vulnerabilidade social dos mesmos.

Com a complexidade que as relações sociais passaram a desempenhar através

da Abolição da Escravatura (1888) e da Proclamação da República (1899) na efetivação de mudanças no campo político, social e econômico, algumas perspectivas na dimensão social da criança mudaram, pois nesse período as relações de trabalho inerentes à vida das crianças e adolescentes denunciaram o desrespeito aos direitos humanos e, repercutiu no processo de conscientização dos trabalhadores, estudantes, intelectuais e artistas que afirmaram a tentativa de greves, sendo abafadas com violência. (ALBERTON, 2005:48).

O período da Primeira República (1889-1930) é marcado pela urbanização e industrialização e, ocorreu especialmente em São Paulo a explosão demográfica que gerou problemas tanto estruturais, quanto sociais urbanos, cujo processo se expandiu em outras cidades. Houve o agravamento das crises sociais e aumento da criminalidade, mediante isso, ocorre o aumento e especialização dos mecanismos de repressão, tais como a criação de instituições públicas de correção e recuperação. Nesse sentido, juristas e autoridades reclamaram a criação dessas instituições,

Já existe entre nós sociedades protetoras dos animais, as quais florescem dia-a-dia pela simpatia crescente que lhes dispensa o povo brasileiro! (...) Sejam mais humanos! Aplaudamos as sociedades de proteção aos animais, mas não nos esqueçamos de proteger também os nossos pequeninos semelhantes, porque é dever muito mais alto e mais humanitário, (...) educar e reformar a infância é preparar o futuro, evitando que os meninos de hoje sejam os criminosos relapsos de amanhã (SANTOS, 2002:223).

Com o aumento da industrialização, há a precarização das condições de vida dos trabalhadores, o que fez com que muitos pais abandonassem seus filhos, gerando uma nova ordem de prioridades de atendimento, e essa situação é denunciada, a partir de 1919, como “questão social”¹⁶.

No período pré-industrial da economia e modo de produção brasileiros, o tipo de família predominante ainda era a tradicional, baseada na economia agrícola e comercial com reforço aos traços internos. As famílias agrícolas passam a ir para a cidade com o processo de êxodo rural, com o intuito de buscar melhores condições de vida. Nesse sentido, Cascudo, mediante o estudo da formação de um bairro em São Paulo, constituído por imigrantes pontua que:

¹⁶ Conforme Iamamoto e Carvalho “A nova qualidade que assume a “questão social” nos grandes centros urbano-industriais deriva, assim, do crescimento numérico do proletariado, da solidificação dos laços de solidariedade política e ideológica que perpassam seu conjunto, base para a construção e para a possibilidade objetiva e subjetiva de um projeto alternativo à dominação burguesa”. (2006:127). Portanto, nesse período a “questão social” era um problema social que deveria ser reprimido pela polícia.

A expectativa de melhorar de vida está relacionada à condição de migrante, constituindo o *leitmotiv* de migrar. Em termos de suas histórias familiares, os moradores desse bairro falam da percepção de uma mobilidade social em relação à geração que os precedeu, no sentido de que tiveram acesso a recursos inexistentes em seus locais de origem, sobretudo no que se refere às oportunidades de trabalho, de consumo e de educação para seus filhos encontradas na cidade. (2003:31).

Portanto, o êxodo rural traz os indivíduos que anteriormente viviam no campo para as cidades na busca por melhores condições de vida, acesso ao consumo, enfim, às condições que a cidade apresenta no que tange suprir as necessidades básicas, porém há o inchamento das cidades e conseqüentemente o agravamento das expressões da “questão social”¹⁷.

Uma das expressões da “questão social” mais grave é o desemprego, e esse é explicitado a partir da crise no Mundo do Trabalho, em que o estudo e preocupação com o tema família apresenta novas configurações. Para isso, Guimarães e Almeida, afirmam que:

A baixa qualificação da mão-de-obra, o analfabetismo (total ou funcional), a suscetibilidade e a provalência de doenças e outros acometimentos ligados à sobrevivência, somados à inconstância do trabalho, criam no cotidiano dessas famílias uma situação opressiva de penúria e precarização da capacidade de manter atendidos e protegidos os adultos e sua prole. (2003:129-130).

Para Carvalho “O Estado e a família desempenham papéis similares, em seus respectivos âmbitos de atuação: regulam, normatizam, impõem direitos de propriedade, poder e deveres de proteção e assistência”. (2003a:268). Portanto, a família desempenha papel fundamental na sociedade em sua totalidade, e é por desempenhar esse papel que tanto crianças e adolescentes quanto a família requerem respaldo por parte do Estado para possibilitarem sua formação.

No que se refere à denúncia das condições de vida das crianças e adolescentes, o jornal *A Plebe*, de São Paulo em 10 de setembro de 1919, informou:

(...) a exploração de menores nas bastilhas de trabalho desta capital constitui um dos crimes mais monstruosos e desumanos da burguesia protetora dos animais. Basta permanecer na porta de qualquer fábrica, à hora de principiar ou de cerrar a laboração, para se constatar, que uma enorme legião de crianças, entre os nove e os 14 anos, se definha e atrofia, num esforço impróprio à sua

¹⁷ Nesse sentido lamamoto assinala que “Os assistentes sociais trabalham com a “questão social” nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. (...) decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a “questão social”, hoje, é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para que possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais – sua produção e reprodução ampliada – quanto projetar e forjar formas de resistência e defesa da vida”. (2005:28).

idade, para enriquecer os industriais gananciosos, os capitalistas ladrões e bandoleiros. Em 1917, o que motivou precisamente a formidável agitação operária então verificada, foi a ignominiosa e despidorada escravidão e exploração dos menores. Nessa época, a jornada de trabalho em vigor em todos estabelecimentos manufatureiros era superior a dez horas. Os salários, com que se gratificava o sacrifício imposto a estas crianças, não ia além duns magros quatrocentos ou quinhentos reaes por dia. O rigor disciplinar, enfim tresandava bastante ao que é adotado nas casernas penitenciárias. Hodiernamente, as condições de trabalho para os menores pouco se modificaram.

A jornada está. É certo, reduzida a oito horas para muitas fábricas; os salários aumentaram em muitos centros de trabalho, uns tristes reaes. Mas que importa isso? Os mestres, os encarregados, os diretores de fábricas, que para os filhos são todos blandícias e carinhos, para as crianças proletárias mostram-se uns verdadeiros carrascos. Maltrataram-se crianças com mais insensibilidade do que se espanca um animal. Edificante, não acham? (PASSETI, 2002:352-353).

No período da Primeira República (1889-1930) há a aplicação de medidas parciais no que se refere aos direitos dos trabalhadores com o intuito de atenuar os conflitos sociais e ampliação de sua base de apoio, sem que hajam propostas mais amplas de "(...) canalização das reivindicações operárias, de controle de sua organização e de potencialização da acumulação". (IAMAMOTO e CARVALHO, 2006:133). Sendo assim, há várias tentativas de luta por parte dos trabalhadores, em que a violência e repressão policial do Estado são utilizadas como um eficiente instrumento de manutenção da ordem, utilizado pela classe dominante para a acumulação do capital.

A crise internacional que ocorreu em 1929 com a queda da Bolsa de Nova York¹⁸ e a decadência da economia cafeeira representaram mudanças determinantes para a história da sociedade brasileira. Houve a aceleração do processo de industrialização e urbanização, aumento das desigualdades sociais e conseqüentemente, a geração de expressões da "questão social", que passam a exigir a intervenção do Estado de Bem-Estar no Brasil¹⁹, que marcou a realidade brasileira a

¹⁸ A Grande Depressão, também chamada por vezes de Crise de 1929, foi uma grande recessão econômica que teve início em [1929](#), e que persistiu ao longo da [década de 1930](#), terminando apenas com a [Segunda Guerra Mundial](#). Este período de recessão econômica causou altas taxas de [desemprego](#), quedas drásticas do [produto interno bruto](#) de diversos países, bem como quedas drásticas na produção industrial, preços de [ações](#), e em praticamente todo medidor de atividade econômica, em diversos países no mundo. O dia [29 de outubro](#) de 1929 é considerado popularmente o início da Grande Depressão. Porém, as taxas na queda da produção industrial americana já haviam começado a cair a partir de [julho](#) do mesmo ano, causando um período de leve recessão econômica que estendeu-se até 29 de outubro, quando valores de ações na [bolsa de valores](#) de [Nova Iorque](#), a [New York Stock Exchange](#), caíram drasticamente, desencadeando a [Quinta-Feira Negra](#). Assim, milhares de acionistas perderam, literalmente, da noite para o dia, grandes somas em dinheiro. (GRANDE..., 2006).

¹⁹ Trata-se do desenvolvimento do Welfare State no Brasil em 1930, que conforme Medeiros "(...) passou a assistir às primeiras mudanças institucionais no Estado que visavam fornecer as condições necessárias para o desenvolvimento da indústria. (...) com políticas sociais de profundo caráter

partir de 1930. Com a posse de Getúlio Vargas no governo provisório, apresentavam-se “(...) dois problemas fundamentais para resolver: acabar com a crise econômica e criar um sistema político que lhe assegurasse condições de governar”. (ALENCAR, CARPI E RIBEIRO, 1981:236).

Com base na depressão econômica deve-se garantir a reprodução e a acumulação de capital por parte da burguesia, em que o Estado canaliza para o seu interior as contradições econômicas e sociais inerentes ao capitalismo. Nesse sentido, Lamamoto e Carvalho assinalam que

O Estado assume paulatinamente uma organização corporativa, canalizando para sua órbita os interesses divergentes que emergem das contradições entre as diferentes frações dominantes e as reivindicações dos setores populares, para, em nome da harmonia social e desenvolvimento, da colaboração entre as classes, repolitizá-las e discipliná-las, no sentido de se transformar num poderoso instrumento de expansão e acumulação capitalista. (2006:151).

Nessa perspectiva, tem-se um Estado que cria medidas de legislação social²⁰ e sindical com a proposta de proteção do trabalhador, sendo repassado ideologicamente como representativo dos interesses gerais da sociedade e, paralelamente, exerce suas funções inerentes à reprodução do sistema capitalista.

Em 1935 as tensões inerentes à sociedade brasileira que se materializaram devido aos interesses das oligarquias²¹, do capital estrangeiro e da classe trabalhadora contribuíram para a criação do primeiro movimento nacional de massas com objetivos democráticos, nacionalistas e reformistas, a Aliança Nacional Libertadora (ANL)²²

conservador. De acordo com a perspectiva corporativista dos grupos no poder, nesse período predominava um ideal de sociedade harmônica em que os antagonismos entre classes eram encarados como nocivos ao bem comum representado pelo Estado”. (2001:09).

²⁰ Conforme Alencar, Capri e Ribeiro, “(...) a legislação social tinha um significado político especial: impedir a organização independente da classe trabalhadora, além de se constituir (sobretudo pela subordinação dos sindicatos ao Estado) na base de manipulação populista das massas anos depois”. (1981:263).

²¹ “Oligarquia significa etimologicamente ‘governo de poucos’, mas, nos clássicos do pensamento político grego, que transmitiram o termo à filosofia política subsequente, a mesma palavra tem muitas vezes o significado mais específico e eticamente negativo de ‘Governo dos ricos’(...). Diz Platão: - ‘Que sistema político...entendes por Oligarquia? - A constituição baseada no patrimônio... onde os ricos governam, enquanto pobre não pode partilhar do poder’. (...) Na teoria política moderna, o conceito de Oligarquia, se não o termo, começou a alcançar especial sucesso e uma importância particular, quando alguns escritores deram em sustentar (e com êxito) que todos os Governos que existiram ou estão por existir foram ou serão sempre Governos de poucos, ou, para empregarmos as palavras mais freqüentemente usadas, Governos de minorias organizadas ou de elites”. (BOBBIO, 2002:835-836).

²² No que se refere a ANL, Mota e Braick assinalam que “Criada em 1935, A Aliança Nacional Libertadora (ANL) era uma organização de esquerda que reuniu comunistas, socialistas e a ala de esquerda dos tenentes sob a liderança de Luís Carlos Prestes. A ANL condenava o imperialismo, o fascismo, a divisão fundiária do país que concentrava muitas terras nas mãos de poucos e defendia um programa de natureza democrática baseado na realização de reformas estruturais profundas, que

movimento este reprimido pelo Governo. (ALENCAR, CARPI E RIBEIRO, 1981:243).

Devido às rearticulações existentes no interior do país para as eleições de 1938 que colocavam em risco as pretensões “modernistas-conservadoras” dos grupos dominantes, em 1937 Getúlio Vargas afastou alguns generais legalistas do comando das regiões estratégicas, houve a redação e aprovação de uma nova Constituição secretamente e a divulgação do Plano Cohen²³ um “plano comunista” de tomada do poder, que preparava as condições para a execução do golpe, realizado no dia 10 de novembro de 1937, com o cerco do Congresso Nacional dando início ao período denominado de Estado Novo²⁴. (ALENCAR, CARPI E RIBEIRO, 1981:245).

Nas décadas de 1940 e 1950, período de ditadura²⁵ de Getúlio Vargas, as ações são marcadas pelo assistencialismo, populismo, sendo criadas várias instituições governamentais de atendimento da infância, ligadas à ação das Primeiras Damas do País²⁶. Cabe destacar que essas ações não tinham como perspectiva a emancipação dos sujeitos sociais, mas a dependência que está enraizada na história da sociedade

contestavam a ordem econômica e social em vigor. (...) No início de 1935, preocupado com o crescimento da ANL, o governo propôs ao Congresso uma nova lei de segurança nacional, aprovada em 4 de abril, que estabeleceu como crimes contra a ordem política e social a greve de funcionários públicos, ressentimento nas classes armadas, o estímulo ao ódio entre as classes sociais, a propaganda subversiva e a organização de associações ou partidos com o objetivo de subverter a ordem política ou social. Com base na nova lei, Vargas ordenou o fechamento de todos os núcleos da ANL”. (1997:499).

²³ “O Plano Cohen foi uma jogada política idealizada por [Getúlio Vargas](#) (na época Presidente do [Brasil](#)) em [1937](#) que serviu de pretexto para a instituição do [Estado Novo](#) no Brasil. Os documentos foram forjados pelo então capitão [Olympio Mourão Filho](#), supostamente provavam a existência de comunistas que iriam tomar o poder pela força. Assustados, alguns militares declararam, extra-oficialmente, apoio a uma possível tentativa do então presidente Vargas de prolongar seu mandato e implantar uma ditadura no país. Os boatos referiam-se a um suposto plano, apelidado “Plano Cohen”, organizado por grupos socialistas e comunistas a fim de tomar o poder”. (PLANO..., 2006).

²⁴ “O Estado Novo que compreende o período de 1937-1945 foi regido por uma Constituição autoritária inspirada no fascismo, representava a instauração no país da ditadura de Getúlio Vargas”. (ALENCAR, CARPI e RIBEIRO, 1981:250).

²⁵ A “Ditadura é o regime político caracterizado oposto à [democracia](#). Podem existir regimes ditatoriais de líder único (como os regimes provenientes do [Nazismo](#), do [Fascismo](#), e do socialismo real) ou coletivos (como os vários regimes militares que ocorreram na [América Latina](#) durante o [século XX](#))” No caso da Ditadura de Vargas, deve-se considerar que “(...) Em 1937, alegando uma suposta conspiração comunista, conhecida como Plano Cohen, Vargas outorga uma nova Constituição, aumentando seus poderes e evitando eleições diretas, e instaura a censura e um Estado policial que durou até 1945. Esse período ditatorial é conhecido como Estado Novo”. (DITADURA..., 2006).

²⁶ Nesse sentido, Mestriner assinala que “(...) em 1942 (...) ao criar a Legião Brasileira da Assistência, Vargas funda no Brasil o atrelamento do social ao primeiro-damismo – na figura de Darci Vargas -, do qual até hoje o país não se desembaraçou, pois permanece, ainda no ano 2000, a figura da primeira-dama no governo. Esse será um governo que terminará por produzir conciliações, negociações elitistas, novas composições de força e exclusão da população, fazendo o velho regime ainda que reformado conviver com o ‘quase novo’ (...). será, ao final, um governo fundado no compromisso entre as elites para industrializar aceleradamente o país, utilizando um novo sistema de poder, o fortalecimento do Estado e a subordinação das massas emergentes (...)”. (2001:71-72).

brasileira. Nesse sentido, Vieira assinala que “(...) Vargas preconizou o desenvolvimento como objetivo a ser alcançado para superar as dificuldades econômicas mais sérias e dominar as inquietações sociais mais perigosas à ordem pública”. (1995:32).

Diante dessa realidade, os grupos dominantes representados por Getúlio Vargas procuravam implementar concepções políticas inspiradas nas idéias corporativistas e autoritárias do regime fascista²⁷, e conforme Alencar, Carpi e Ribeiro

Tão elitistas quanto os chefes liberais-conservadores da República Velha, julgavam que só uma elite intelectual formada por técnicos, políticos e militares estava apta a interpretar os ‘verdadeiros interesses nacionais’ e ‘disciplinar’ a participação do povo. (...) O Estado, afirmavam, ‘organizaria’ a participação das classes sociais; reconheceria a presença das classes populares sem, no entanto, abrir mão do controle sobre elas. (1981:251).

O presidente Getúlio Vargas buscou no decorrer do Estado Novo servir aos interesses das diferentes classes sociais, porém no decorrer desse processo sofreu pressões internas e externas que ampliaram a adesão da sociedade em oposição à ditadura, dividindo-se em duas correntes,

Uma delas, mais intransigente e histórica, reunia as oligarquias liberais-conservadoras (...) liberais da classe média e grupos socialistas e comunistas (...). Todos desejavam o desmantelamento da estrutura estatal, mas só as duas últimas admitiam a realização de reformas sociais. (...) A outra corrente era formada pelos setores oligárquicos e burgueses dissidentes do Estado Novo, pelo Partido Comunista, também oposição histórica à ditadura, e por grupos da burocracia estatal e sindical ligados ao governo. Também aqui só as duas últimas forças (...) queriam reformas sociais e econômicas mais profundas. (ALENCAR, CARPI E RIBEIRO, 1981:269).

Diante da decisão de generais conspiradores²⁸, em 1945 Getúlio Vargas foi

²⁷ Conforme Bobbio “Em geral, se entende por Fascismo um sistema autoritário de dominação que é caracterizado: pela monopolização da representação política por parte de um partido único de massa, hierarquicamente organizado; por uma ideologia fundada no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração de classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo, dentro de um sistema do tipo corporativo; por objetivos de expansão imperialista, a alcançar em nome da luta das nações pobres contra as potências plutocráticas; pela mobilização das massas e pelo seu enquadramento em organizações tendentes a uma socialização política planejada, funcional ao regime; pelo aniquilamento das oposições, mediante o uso da violência e do terror; por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e dos meios de comunicação de massa; por um crescente dirigismo estatal no âmbito de uma economia que continua a ser, fundamentalmente, de tipo privado; pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, de acordo com uma lógica totalitária, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais. (2002:466).

²⁸ Conforme Alencar, Carpi e Ribeiro “Um incidente serviu de motivo para o golpe. Como o chefe de Polícia do Distrito Federal proibira a realização de um comício do Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), Getúlio decidiu substituí-lo por seu irmão Benjamin Vargas. Informados do fato por Virgílio de Melo Franco, os generais conspiradores não aceitaram a substituição e decidiram (...) derrubar o presidente”. (1981:270).

obrigado a renunciar o governo e com base nas eleições de dezembro foi eleito o general Eurico Dutra que tinha como principais objetivos de atendimento aos interesses da classe dominante, a redução da intervenção do Estado na economia, adoção de uma política econômica liberal e manutenção das condições favoráveis à acumulação de capital. (ALENCAR, CARPI e RIBEIRO, 1981:277).

Em 1951 Getúlio venceu as eleições e pautou seu governo no estilo político populista²⁹, com uma ideologia nacionalista que apresentava-se sob duas facetas:

(...) por um lado, uma estratégia de política econômica que não rompia inteiramente a dependência com relação ao capital internacional e imperialista. Por outro lado, tratava-se de uma ideologia elaborada e imposta pelos grupos que controlavam o Estado e que procurava associar os interesses burgueses com os interesses de todo o povo brasileiro, como se fossem, em todos os aspectos, uma coisa só. (ALENCAR, CARPI e RIBEIRO, 1981:281).

No interior das forças armadas havia uma corrente antigetulista, além de que no atendimento realizado à classe trabalhadora aumentou o descontentamento da classe dominante repercutindo diretamente na vida de Vargas, que em 1954 suicidou-se. Com a posse do presidente Juscelino Kubitschek em 1956, houve um grande crescimento econômico no país, que conseqüentemente gerou o aumento das desigualdades sociais. Com o incentivo constante à industrialização enquanto fator determinante para o desenvolvimento do país, muitas famílias saíram da área rural para trabalhar nas fábricas localizadas nos centros urbanos, porém não tinham qualificação profissional para tais atividades, vivendo assim à margem da sociedade, sem acesso aos bens de consumo, formando as favelas e vivendo em condições subumanas. (ALBERTON, 2005:49-50).

Inseridos nessas famílias, as crianças e adolescentes passam a ser usados no tráfico de drogas das grandes cidades, sobrevivem nas ruas, desempenham trabalho infantil, sofrem com a exploração sexual, e denunciam que o crescimento econômico não atinge a totalidade da população brasileira.

Tanto no governo de Kubitschek (1956-1961), quanto Jânio Quadros (1961), João Goulart (1961-1964) e durante o período de Ditadura Militar³⁰ (1964-1985), as

²⁹ O populismo é a "Ação política que toma como referência e fonte de legitimidade o cidadão comum, cujos interesses pretende representar. Política fundada no aliciamento das classes sociais de menor poder aquisitivo". (FERREIRA, 1999:1608) Conforme Bobbio, "O populismo não conta efetivamente com uma elaboração teórica orgânica e sistemática. Muitas vezes ele está mais latente do que teoricamente explícito. O Populismo exclui a luta de classes '(...) é fundamentalmente conciliador e espera transformar o establishment; é raramente revolucionário'". (WILLS apud BOBBIO, 2002:980-981).

³⁰ Diante desse período, cabe ressaltar a discussão elaborada pelo sociólogo Herbert José

ações assistencialistas desenvolvidas pelo Estado caracterizam-se pelo controle social³¹ das populações pobres, em parceria com a Igreja Católica, além disso, a infância brasileira continuou sendo alvo de atenção da polícia, com o intuito de “proteger” a sociedade capitalista dos menores. (ALBERTON, 2005:50-51).

A Ditadura Militar instalou-se no Brasil pela efetivação do Ato Institucional nº 1 (AI-1) que estabelecia as cassações de alguns ex-presidentes, governadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores³², que foram substituídos pela cúpula do exército. (VIEIRA, 1995:187). A partir de 1964 abriu-se totalmente o processo de ampliação do capitalismo no Brasil, pois as carências do mercado interno se colocaram em segundo plano, preponderando os interesses do mercado externo, além de que se teve como perspectiva das relações entre o Brasil e os demais países, sob a “supervisão” do capital estrangeiro. (VIEIRA, 1995:202-203).

Os governos militares³³ que corresponderam ao General Castelo Branco (1964-1967), Marechal Arthur da Costa e Silva (1967-1969), General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e o General João Baptista Figueiredo (1979-1985) representaram o crescimento econômico constante do país, com a expansão e abertura ao mercado externo, porém representou a repressão, violência e falta de participação política da população brasileira, com um contingente crescente de exilados, mortos e desaparecidos em busca da “ordem”. (ALENCAR, CARPI e RIBEIRO, 1981:312-315).

Nesse período, a população se organizava clandestinamente com a discussão constante e articulação no movimento de luta pela democracia, pois todos os espaços

de Souza “(...) em 64 a Nação recebeu um tiro no peito. Um tiro que matou a alma nacional (...) Os personagens que pareciam fazer parte da história brasileira, ou da História do Brasil como nós imaginávamos, esses personagens de repente sumiram. Ou fora do poder, ou presos ou mortos. E em seu lugar surgiram outros, que eu nunca tinha visto. Idiotas que nem mereciam ser notados. De repente, eles eram mais do que donos do poder, eram donos da realidade! Aí me veio a percepção clara de que o Brasil tinha mudado para sempre. Havia sido cometido um assassinato político. Ali morreu um país, morreu uma liderança popular, morreu um processo. Uma derrota política da qual você jamais vai se recuperar nos mesmos termos. Não se matam somente as pessoas, também de matam os países, os processos históricos”. (apud MOTA e BRAICK, 1997:565).

³¹ A expressão controle social está sendo utilizada conforme a acepção atribuída por Mannhein como “(...) o conjunto dos métodos pelos quais a sociedade influencia o comportamento humano, tendo em vista manter determinada ordem”. (apud MARTINELLI, 2001:66). A sociedade aqui representa o poder hegemônico, isto é, o Estado, a Igreja e a burguesia.

³² Apresentou-se como justificativa do AI 1 “Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la apenas na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas”. (apud VIEIRA, 1995:187-188).

³³ Ver mais a respeito dos governos militares Alencar, Carpi e Ribeiro (1981:312-327).

de participação e vivência da população haviam sido aniquilados pelos militares, em que se deve assinalar o Ato Institucional nº 5 (AI 5)³⁴ como a justificativa do desaparecimento, morte e tortura de brasileiros, apesar de que no discurso ideológico “A repressão deveria ser ‘dura e implacável’, ‘apenas contra o crime, e só contra os criminosos’. ‘Não puniremos inocentes por culpados’”. (MÉDICI *apud* VIEIRA, 1995:198).

Nessa perspectiva de luta pela democracia e direitos, surgem os movimentos sociais³⁵ que apresentam diversas “bandeiras”, apresentando-se como destaque na busca pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes brasileiros, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua³⁶ (MNMMR).

O MNMMR surgiu no início de 1970 com a inserção dos educadores de rua que vagarosamente começaram a delinear a transformação do menor em cidadão, com base no atendimento realizado nas ruas, porém em 1960 foram realizadas ações no que tange à organização popular por iniciativa da Igreja que no período de Ditadura Militar passaram a ser clandestinas. No que se refere aos meninos de rua, o MNMMR afirmou que

Na década de 70, não se fazia muita distinção entre meninos de rua, na rua, da rua, trabalhadores na rua. Dentro da relação instituição e não-instituição, buscava-se, na época, uma proposta de ação diferente, através da qual não seriam os meninos que viriam procurar o programa, mas os próprios meninos deveriam ser o programa. (*apud* SANTOS, 1994:292-293).

Em 1986, o MNMMR realizou o primeiro Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua em Brasília, aparecendo na pauta das discussões a violência contra e infância e adolescência das ruas que fundamentou a intervenção do movimento nos anos seguintes. Além disso, a realização do II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua contribuiu para juntamente com as demais mobilizações, regulamentar os artigos 227º e 228º na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (SANTOS,

³⁴ O AI 5 “Baixa disposição sobre a decretação do recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, intervenção nos Estados e Municípios, suspensão de direitos políticos e garantias individuais e decretação do Estado de Sítio”. (DIÁRIO OFICIAL *apud* MOTA e BRAICK, 1997:567).

³⁵ Gohn conceitua que “Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade”. (2002:251).

³⁶ “Segundo o documento Teses e Propostas, o MNMMR caracteriza-se por uma entidade não governamental e independente, que atua na defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes. Parte do princípio que ‘crianças e adolescentes são seres humanos em desenvolvimento, sujeitos de direitos legítimos, que devem participar de decisões sobre sua vida e ser tratados como cidadãos’”. (*apud* SANTOS, 1994:298).

1994:299).

A partir de 1980 há o processo de abertura política com a afirmação dos princípios democráticos e luta em defesa dos direitos humanos, que culmina com o fim da Ditadura Militar em 1985 e a representação da sociedade da construção da Constituição de 1988.

Com as transformações sociais, políticas e econômicas da sociedade, as desigualdades sociais e desrespeito aos direitos humanos passam a fundamentar as políticas sociais, adentrando na agenda do Estado, a partir da reivindicação e pressão estabelecida pelos sujeitos sociais. Porém a partir de 1980 e 1990 há uma tendência de desmonte dos direitos instituídos constitucionalmente, como consequência do processo de globalização, com mudanças que se realizam cotidianamente no que tange à tecnologia, informação e mudanças produtivas das relações de trabalho. (CARVALHO, 1999:19-21).

Há nesse momento histórico a implementação do neoliberalismo³⁷ que se refere à uma nova roupagem do liberalismo, tem como proposta o Estado-mínimo e a primazia do mercado como estratégia do sistema capitalista diante de suas crises, com a interferência dos mecanismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial (BM). Diante dessa nova configuração, apresenta-se a gestão compartilhada entre o Estado e a sociedade ou um novo *Welfare mix* das políticas sociais, em que os sujeitos sociais e sociedade como um todo são co-responsáveis na implementação de ações com base na realidade social. “Não é que o Estado perca a centralidade na gestão do social, ou deixe de ser o responsável na garantia de oferta de bens e serviços de direito dos cidadãos; o que se altera é o modo de processar esta responsabilidade”. (CARVALHO, 1999:25).

No que se refere à nova configuração do Estado, como proposta inerente ao sistema capitalista de produção, que requer a participação da população na implementação e decisões diante das políticas sociais, Yazbek afirma que

(...) o “modelo” é um Estado que reduz suas intervenções no campo social e que apela à solidariedade social, optando por programas focalistas e seletivos caracterizados por ações tímidas, erráticas e incapazes de alterar a imensa

³⁷ “(...) o neoliberalismo nasceu na Europa e nos Estados Unidos efetivamente logo depois da Segunda Guerra Mundial, enquanto uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista ou de bem-estar. No entanto, a partir da grande crise de 1970, as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. (...) ainda que o Estado seja o centro explícito do ataque neoliberal, o que se pretende mesmo é o desmonte e a desarticulação de qualquer forma de regulação que contenha um viés democrático”. (ORTIZ, 2002:95-96).

fratura entre necessidades e possibilidades efetiva de acesso a bens, serviços e recursos sociais. (...) aparece com força a defesa de alternativas privatistas para a “questão social”, envolvendo a família, as organizações sociais e a comunidade. Assim, as propostas neoliberais, em relação ao papel do Estado quanto à “questão social”, são propostas reducionistas que esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social. São propostas fundadas numa visão de política social apenas para complementar o que não se conseguiu via mercado, família ou comunidade. (*apud* GUEIROS, 2002:104).

Portanto, deve-se atentar para o caráter clientelista, paternalista e assistencialista que marcam o processo de construção e aplicação das políticas sociais, que tem contribuído para a dependência por parte dos indivíduos sociais diante do aparato estatal, identificando como pano de fundo do processo de efetivação das políticas sociais, o modelo de produção capitalista, de acumulação e concentração de renda.

Com base nas mudanças decorrentes do processo de industrialização do Brasil, pretende-se fazer uma análise crítica sobre os avanços históricos da legislação brasileira, na perspectiva de desvendar a realidade da sociedade que a gerou e, que tem redimensionamento constantemente suas ações na busca pela garantia dos direitos sociais.

Nesse sentido, como objetivo de compreender os conceitos que embasarão este Plano, pretende-se discutir os conceitos de família, criança, adolescente e legislações inerentes ao direito à convivência familiar e comunitária.

3.1.2 Famílias brasileiras: novos arranjos e a busca pela garantia dos direitos

Com vistas a compreender a família em suas relações sociais e enquanto base para a formação dos sujeitos, a Constituição Federal de 1988 define, no Art. 226, parágrafo 4º que “entende-se como entidade familiar a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes”. Além disso, o ECA, em seu Art. 25, define como família natural “a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes”.

Destaca-se a mudança de concepção, pois a família era considerada como uma estrutura perfeita, com um “padrão” dado pela sua constituição nuclear pais e filhos. No decorrer do processo histórico o que evidencia-se é a diversidade de arranjos familiares

que exercem a função de proteção e socialização de suas crianças e adolescentes.

Em complementaridade, tem-se uma análise mais completa através da base sócio-antropológica. Diante disso, a família pode ser pensada como um grupo de pessoas que são unidas por laços de consangüinidade³⁸ de aliança³⁹ e de afinidade⁴⁰. Esses laços são constituídos por representações, práticas e relações que implicam obrigações mútuas. Por sua vez, estas obrigações são organizadas de acordo com a faixa etária, as relações de geração e de gênero, que definem o *status* da pessoa dentro do sistema de relações familiares.

Além destes conceitos, há o conceito de “família extensa”, isto é, uma família que se estende para além da unidade pais/filhos e/ou da unidade do casal, estando ou não dentro do mesmo domicílio: irmãos, meio-irmãos, avós, tios e primos de diversos graus, tendo como alicerce o vínculo de parentesco.

O cotidiano das famílias é constituído por vínculos que pressupõem obrigações mútuas, mas não de caráter legal e sim de caráter simbólico e afetivo. São relações de apadrinhamento, amizade e vizinhança e outras correlatas. Constan dentro delas, relações de cuidado estabelecidas por acordos espontâneos e que não raramente se revelam mais fortes e importantes para a sobrevivência cotidiana do que muitas relações de parentesco.

Nesse sentido, Carvalho ao dialogar com Afonso e Figueiras assinala que:

É preciso olhar a família no seu movimento. Este movimento de organização-reorganização torna visível a conversão de arranjos familiares entre si, bem como reforça a necessidade de se acabar com qualquer estigma sobre as formas familiares diferenciadas. Evitando a naturalização da família, precisamos compreendê-la como grupo social cujos movimentos de organização-desorganização-reorganização mantêm estreita relação com o contexto sociocultural. (CARVALHO, 2003b:15).

As intervenções profissionais junto às famílias devem sempre estar vinculadas à uma análise profunda diante da realidade social e cultural em que estas estão inseridas, considerando as novas configurações e sua formação.(nota de rodapé conceito de família).

³⁸ A definição pelas relações consanguíneas de quem é “parente” varia entre as sociedades podendo ou não incluir tios, tias, primos de variados graus, etc. Isto faz com que a relação de consanguinidade, em vez de “natural”, tenha sempre de ser interpretada em um referencial simbólico e cultural (Plano Nacional).

³⁹ Vínculos contraídos a partir de contratos, como a união conjugal.

⁴⁰ Vínculos “adquiridos” com os parentes do cônjuge a partir das relações de aliança.

Diante dessa discussão, há diversos arranjos constituídos referentes à socialização de crianças e adolescentes, que pretende-se nominar de “rede social de apoio⁴¹” em que as obrigações mútuas construídas por laços simbólicos e afetivos podem ser muito fortes, porém não pressupõem reconhecimento e obrigações legais.

As “redes sociais de apoio” possuem papel primordial no atendimento e inserção de crianças, adolescentes e famílias em espaços de proteção, defesa e garantia dos direitos à convivência familiar e comunitária. O que se deve destacar é que apesar da rede de apoio fortalecer vínculos afetivos e simbólicos, as providências de regularização da situação da criança e do adolescente devem ser a prioridade na luta pela garantia dos direitos sociais.

GARANTIA DOS DIREITOS DA FAMÍLIA, CRIANÇAS E ADOLESCENTES

As mudanças históricas que marcam a infância e adolescência no Brasil ficam evidentes ao passo que analisa-se os avanços da legislação no sentido de garantir os direitos destes usuários.

Com a Constituição Federal de 1988 e ECA, tem-se a doutrina da proteção integral, em que as crianças e adolescentes são considerados “sujeitos de direitos”, que participam do processo histórico em que estão inseridos, mas que também exigem obrigações por parte da família, sociedade e Estado.

As obrigações se caracterizam pelo dever de garantir ações efetivas de acesso aos direitos, com base na análise da criança e do adolescente enquanto pessoa em desenvolvimento, que necessita de apoio em sua formação, pois no decorrer deste processo a família, amigos, grupos influenciam diretamente nos diferentes papéis que estes sujeitos desenvolvem.

Nesse sentido, faz-se necessário compreender conforme Ferrari e Kaloustian que:

Por detrás da criança excluída da escola, nas favelas, no trabalho precoce urbano e rural e em situação de risco, está a família desassistida ou inatingida pela política oficial. Quando esta existe, é inadequada, pois não corresponde às suas necessidades e demandas para oferecer o suporte básico para que a

⁴¹ De acordo com Dessen (2000), *rede social* é um sistema composto por pessoas, funções e situações dentro de um contexto, que oferece apoio instrumental e emocional: ajuda financeira, divisão de responsabilidades, apoio emocional e diversas ações que levam ao sentimento de pertencer ao grupo (Dessen, Maria Auxiliadora e Braz, Marcela Pereira. Rede Social de Apoio Durante Transições Familiares Decorrentes do Nascimento de Filhos. *Universidade de Brasília UnB Psic.: Teoria e Pesquisa* vol.16, nº. 3 Brasília Set./Dez. 2000).

família cumpra, de forma integral, suas funções enquanto principal agente de socialização dos seus membros, crianças e adolescentes principalmente. (FERRARI E KALOUSTIAN, 1998:13).

Portanto, a política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente deve se materializar através “de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais”, com vistas a garantir que a família tenha acesso às políticas sociais de saúde, educação, assistência social, cultura, além de garantir o atendimento qualitativo às famílias que através do empoderamento terão suporte para desempenhar plenamente suas responsabilidades e funções.

3.2 CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA: O ACESSO AO DIREITO

O direito à convivência familiar e comunitária para a criança e o adolescente são essenciais para a sua formação enquanto sujeito, sendo que além da Constituição Federal de 1988, o ECA preconiza no Art. 19

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.(BRASIL, 2010).

Nesse sentido, a perspectiva de ação das entidades governamentais e não-governamentais com vistas à garantia deste direito exige a articulação entre os serviços e sistematização do fluxo de atendimento, sendo essencial à compreensão dos direitos à convivência familiar e comunitária.

3.2.1 Convivência Familiar

O processo histórico da sociedade acontece de forma dinâmica e conseqüentemente gera mudanças na realidade das famílias. Isso se evidencia quando da análise dos novos arranjos familiares que estão diretamente relacionadas ao avanço científico e tecnológico bem como às alterações vividas no contexto político, jurídico, econômico, cultural e social no qual a família está inserida.

Nessa perspectiva, evidencia-se que além dos novos arranjos familiares há uma vasta diversidade sociocultural, sendo essencial que os profissionais tenham o

posicionamento ético que reconhece as diferenças enquanto um dos aspectos inerentes à cidadania.

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária apresenta a discussão de Bruschini que assinala que a família “não é a soma de indivíduos, mas um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas com sua própria individualidade e personalidade”(Apud BRASIL, 2006:30).

Diante da complexidade das relações familiares através dos vínculos estabelecidos, diferenças, conflitos, cuidado e proteção exigem ações por parte do Estado no sentido de fortalecimento e empoderamento da família através de políticas de apoio sócio-familiar, que previnem e combatem a violação dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Para tanto, deve-se assinalar os fatores que determinaram as metamorfoses nas estruturas familiares, nessa perspectiva Losacco considera que,

É relevante assinalar que, hoje, o tempo destinado à convivência familiar é mais escasso, seja pela maior jornada de trabalho em razão das necessidades econômicas, seja por solicitação de atividades externas exercidas individualmente ou com grupos extrafamiliares. Esse processo favorece, freqüentemente, o enfraquecimento da coesão familiar. (2002:65-66).

Nesse sentido, este Plano tem como alicerce a busca pelo fortalecimento de ações junto às famílias⁴², no sentido de garantir o direito à convivência familiar e, quando houver impossibilidade garantir formas alternativas deste direito.

3.2.2 - Convivência Comunitária

A convivência comunitária se refere ao contexto de socialização em que a criança e adolescente está inserido. Este contexto que se manifesta primeiramente através da inserção da criança na educação infantil e passa a se expandir, influenciando

⁴² Referente às famílias, faz-se essencial esclarecer os conceitos:

Família acolhedora – nomenclatura dada à família que participa de programas de famílias acolhedoras, recebendo crianças e adolescentes sob sua guarda, de forma temporária até a reintegração da criança com a sua própria família ou encaminhamento para família substituta.

Família extensa – Além da relação de parentalidade/filiação, diversas outras relações de parentesco compõem uma “família extensa”, isto é, uma família que se estende para além da unidade pais/filhos e/ou da unidade do casal, estando ou não dentro do mesmo domicílio: irmãos, meio-irmãos, avós, tios e primos de diversos graus.

Família de origem – família com a qual a criança e o adolescente viviam no momento em que houve a intervenção dos operadores ou operadores sociais ou do direito.

Família natural – Conforme a Constituição Federal de 1988 Art. 226 “ entende-se como entidade familiar a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes”.

continuamente o desenvolvimento da criança e do adolescente.

Nesse sentido, deve-se refletir com base nas práticas de educação das crianças e adolescentes brasileiros, pois conforme Gramsci,

A consciência da criança não é algo "individual" (e muito menos individualizado), é o reflexo da fração da sociedade civil da qual participa, das relações tais como elas se concentram na família, na vizinhança, na aldeia, etc. (*Apud* FRIGOTTO, 2003:178).

No decorrer dessas relações entre a criança e o adolescente com a comunidade há a identificação dos limites de sociabilidade, regras e normas de convivência, entre outros aspectos inerentes à vivência em comunidade. Destacam-se neste processo os espaços e as instituições sociais como mediadores das relações que as crianças e os adolescentes estabelecem, contribuindo para a construção de relações afetivas e de suas identidades individual e coletiva. Nessa direção, se o afastamento do convívio familiar for necessário, as crianças e adolescentes devem, na medida do possível, permanecer no contexto social que lhes é familiar (BRASIL, 2006).

A inserção da criança e do adolescente na comunidade tende a facilitar a inserção da família. Sendo assim, ao discutir sobre o acolhimento familiar e comunitário de crianças e adolescentes deve-se analisar que se trata de uma situação que repercute tanto nas crianças e adolescentes, quanto nas famílias.

Neste aspecto deve-se fortalecer também o grupo de família extensa e vínculos na comunidade, como forma de garantir ações possíveis em detrimento da institucionalização.

Com base nos resultados da primeira etapa do Levantamento Nacional de Abrigos para crianças e adolescentes realizado pelo IPEA, a coordenadora desse trabalho Rocha assinala que

Os dirigentes que ouvimos reconhecem que é difícil interromper o círculo vicioso de desemprego, vício, violação de direitos e abandono. Isso indica que as políticas dirigidas a crianças e adolescentes não estão suficientemente articuladas com ações de atenção às suas famílias, o que poderia não apenas evitar a institucionalização, como também abreviá-la quando fosse excepcionalmente necessária. (IPEA, 2006).

As políticas sociais de atendimento às crianças, adolescentes e famílias, as redes sociais de apoio e os vínculos comunitários podem favorecer a preservação e o fortalecimento dos vínculos familiares, bem como a proteção, cuidado e defesa da criança e ao adolescente.

No âmbito da Política Nacional de Assistência Social 2004 (PNAS), a proteção social especial

A proteção social especial é modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outras.

Neste sentido, as equipes da área de proteção social especial possuem estreita relação com o Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, especialmente com a Vara da Infância, Juventude e Família e Ministério Público, sendo estratégica a intervenção junto aos sujeitos com direitos violados, tendo como prioridade o atendimento às crianças e adolescentes.

Diante das discussões teóricas e avanços inerentes à Política Pública de Assistência Social, foram estabelecidos parâmetros legais para os serviços referentes ao direito à Convivência Familiar e Comunitária.

Nesse sentido, pretende-se apresentar os parâmetros legais com base no ECA, Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e Orientações Técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, conforme Tabela 2.

Estes se constituem como parâmetros legais para o Estado através das políticas de atendimento qualificar as intervenções no sentido de garantir a estruturação dos serviços conforme a necessidade real dos usuários.

3.3 VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES: FAMÍLIA ENQUANTO ESPAÇO DE AFETO E DE CONFLITO

A importância da família enquanto base de socialização dos sujeitos também se apresenta como espaço de conflitos e violação de direitos. Isso devido o sistema capitalista de produção que garante a concentração de renda e aumento das desigualdades sociais.

Conforme o Art. 5º do ECA “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”, sendo dever constitucional da família, da sociedade e do Estado. (BRASIL,2010)

Cabe destacar que quando a família está em situação de risco esta deve se configurar enquanto público-alvo das políticas sociais, no sentido de garantir que não haja a violação dos direitos das crianças e dos adolescentes o que conseqüentemente poderá gerar a ruptura dos laços familiares e comunitários.

Quando da violação dos direitos das crianças e dos adolescentes, a sociedade deve agir no sentido de denunciar a situação e o Estado em complementaridade deve garantir o atendimento de apoio sócio-familiar à família.

Como forma de compreender a violação dos direitos das crianças e dos adolescentes, há a necessidade de esclarecer os conceitos inerentes à violência. O Plano tem como base o conceito de violência assinalado por Adorno (*Apud GUERRA*),

(...) a violência é uma forma de relação social; está inexoravelmente atada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência. Sob esta óptica, a violência expressa padrões de sociabilidade, modos de vida, modelos atualizados de comportamento vigentes em uma sociedade em um momento determinado de seu processo histórico. A compreensão de sua fenomenologia não pode prescindir, por conseguinte, da referência às estruturas sociais; igualmente não pode prescindir da referência aos sujeitos que a fomentam enquanto experiência social.

Ao mesmo tempo em que ela expressa relações entre classes sociais, expressa também relações interpessoais (...) está presente nas relações intersubjetivas que se verificam entre homens e mulheres, entre adultos e crianças, entre profissionais de categorias distintas. Seu resultado mais visível é a conversão de sujeitos em objeto, sua coisificação.

A violência é simultaneamente a negação de valores considerados universais: a

liberdade, a igualdade, a vida. Se entendermos como o fez a filosofia política clássica que a liberdade é fundamentalmente capacidade, vontade, determinação e direito 'natural' do homem, a violência enquanto manifestação de sujeição e de coisificação só pode atentar contra a possibilidade de construção de uma sociedade de homens livres (...) a violência não é necessariamente condenação à morte, ou, ao menos, esta não preenche seu exclusivo significado. Ela tem por referência a vida, porém a vida reduzida, esquadrihada, alienada; não a vida em toda a sua plenitude, em sua manifestação preta de liberdade. A violência é uma permanente ameaça à vida pela constante alusão à morte, ao fim, à supressão, à anulação (2001:31).

A partir deste conceito, tem-se como perspectiva discutir sobre as formas de violência contra crianças e adolescentes que são o público alvo do Plano. Neste sentido tem-se como base o conceito elaborado por Guerra de que se tratam dos

atos e/ou omissões praticados por pais, parentes ou responsável em relação à criança e/ou adolescente que sendo capaz de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância (1995).

A violência doméstica pode ser dividida conforme suas características, sendo estas: negligência, abandono, violência física, violência sexual e violência psicológica.

Negligência: representa uma omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se quando os pais (ou responsáveis) falham em termos de alimentar, de vestir adequadamente seus filhos, etc, e quando tal falha não é o resultado de condições de vida além do seu controle (AZEVEDO e GUERRA, 1998).

Abandono: (...) se caracteriza pela ausência do responsável pela criança ou adolescente na educação e cuidados da criança. O abandono parcial é a ausência temporária dos pais, expondo a criança a situações de risco. O abandono total é o afastamento do grupo familiar, ficando as crianças sem habitação, desamparadas, expostas a várias formas de perigo (CLAVES *Apud* BRASIL, 2004b:36).

Violência física: (...) o uso da força física de forma intencional, não acidental, por um agente agressor adulto (ou mais velho que a criança ou adolescente). Normalmente esses agentes são os próprios pais ou responsáveis que muitas vezes machucam a criança ou adolescente sem a intenção de fazê-lo. A violência física pode deixar ou não

marcas evidentes e nos casos extremos pode causar morte. (ABRÁPIA *Apud* BRASIL, 2004b:36).

Violência sexual: configura-se como todo ato ou jogo sexual, relação hétero ou homossexual, entre um ou mais adultos (parentes de sangue ou afinidade e/ou responsáveis) e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente uma criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou outra pessoa (AZEVEDO e GUERRA, 1995).

Violência psicológica: é o conjunto de atitudes, palavras e ações dirigidas para envergonhar, censurar e pressionar a criança de forma permanente (CRAMI *Apud* NEUMANN, 2000).

Diante destes conceitos, a defesa dos direitos da criança e do adolescente trata-se de um dever da sociedade, pois conforme o Art. 18 do ECA, “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”. (BRASIL, 2010).

Quando se tratar de ameaça ou violação dos direitos destes sujeitos que conforme o ECA Art. 98 são decorrentes “I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III – em razão de sua conduta são aplicadas as medidas de proteção.

Com base no Art. 101 do ECA constituem-se como medidas de proteção:

- I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III – matrícula e freqüência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV – inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança ou ao adolescente;
- V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII – acolhimento institucional;
- VIII – inclusão em programa de acolhimento familiar;
- IX - colocação em família substituta. (BRASIL, ECA

A construção do Plano busca planejar e sistematizar especificamente o direito à

convivência familiar e comunitária, em que estão contidas as medidas de proteção acolhimento institucional, inclusão em programa de acolhimento familiar e colocação em família substituta. Diante disso, pretende-se propor ações com base nestas medidas.

4. OBJETIVOS

4.1. OBJETIVO GERAL

Orientar o acolhimento familiar e institucional no município de Toledo, com vistas a formulação de ações na busca pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, especialmente o direito à convivência familiar e comunitária.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- _ Identificar a realidade evidenciada pelas instituições de acolhimento;
- _ Aprofundar teoricamente as legislações e documentos que regulamentam o direito à convivência familiar e comunitária;
- _ Mapear a rede de atendimento que garante os direitos das crianças e adolescentes que estão acolhidos;
- _ Discutir estratégias de ação junto aos profissionais da rede de atendimento governamental e organizações da sociedade civil, no sentido de fortalecer as relações familiares em detrimento do rompimento dos vínculos;
- _ Propor ações para o período de 2010-2013 com vistas de garantir a qualidade no atendimento às crianças e adolescentes através do acolhimento familiar e institucional;

5. METODOLOGIA DE ARTICULAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO PLANO

Assinala-se a importância da participação do CMDCA no decorrer da construção do Plano, sendo essencial no decorrer deste processo o aprofundamento sobre as legislações e o tema em questão com vistas a repensar e redimensionar as ações profissionais.

Nesse sentido, pretende-se “Identificar a realidade evidenciada pelas instituições de acolhimento” através de discussões realizadas pela Comissão Municipal de Acolhimento Familiar e Institucional criada através da mobilização do CMDCA. Além disso, foi encaminhado Formulário Norteador sobre os serviços de acolhimento à crianças e adolescentes conforme Apêndice 1.

Para que se possa compreender sobre o tema em questão numa perspectiva de totalidade, no decorrer da construção e materialização deste Plano faz-se necessário “Aprofundar teoricamente as legislações e documentos que regulamentam o direito à convivência familiar e comunitária”.

Em complementaridade, pretende-se “Mapear a rede de atendimento que garante os direitos das crianças e adolescentes que estão acolhidos”, sendo um aspecto essencial para análise dos aspectos inerentes ao atendimento através das políticas sociais. Essa proposta busca garantir aos profissionais a identificação das dificuldades inerentes à materialização dos direitos, com vistas a impulsionar mudanças.

Com vistas à “Discutir estratégias de ação junto aos profissionais da rede de atendimento governamental e organizações da sociedade civil, no sentido de fortalecer as relações familiares em detrimento do rompimento dos vínculos” pretende-se fortalecer espaços de discussão entre os profissionais da proteção social básica e especial sobre as ações na busca por garantir a manutenção dos vínculos familiares quando assim for possível. Além disso, quando se tratam de famílias atendidas através de dois ou mais serviços da rede socioassistencial, pretende-se fomentar a discussão entre as equipes técnicas que atenderam ou atendem a família no sentido de propor com a participação desta o redimensionamento de ações.

Considerando a construção do Plano numa perspectiva de efetivar a política pública de Assistência Social e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, tem-se como perspectiva “Propor ações para o período de 2010-2013 com vistas de garantir a qualidade no atendimento às crianças e adolescentes através do acolhimento institucional e familiar”, sendo essencial sua reformulação conforme a necessidade.

6. BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

Considerando que o município de Toledo está localizado em uma região de fronteira e que apresenta determinações diferenciadas em sua inserção na própria região Oeste, pretende-se apresentar sobre o processo histórico que materializou sua construção.

A partir de 1946, iniciou-se a colonização de Toledo assim como da região Oeste do Paraná, sendo que o primeiro caminhão a chegar ao Arroio Toledo, trazia como trabalhadores Juvenildo Lorandi, Antônio Scain e José Scain, Avelino Preto, Ângelo Gobbi, Orlando Cambuzzi Tomé, José Drago, Marcilio e Mansueto Molon, Gregório Spacin, Atalípio Bohne, Ivo Zago, Pedro Rodolfo e no comando estava Zulmiro Antonio Ruaro⁴³.

A viagem transcorreu via Vacaria – Erexim – Chapecó – Clevelândia - Lagoa Seca - Laranjeiras do Sul (então capital do Território do Iguaçu) - Rocinha-Catanduvas - Cascavel. Chegaram em Cascavel no dia 19 de março de 1946 e faltava percorrer a distância de Cascavel até o Arroio Toledo, cerca de 45 quilômetros.

Sendo assim,

Coube a um grupo de desbravadores gaúchos, vindos de São Marcos a serviço da MARIPÁ (Indústria Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A), e orientados por Alfredo Pascoal Ruaro, aqui aportar em 27 de março de 1946 para colonizar toda a chamada “Fazenda Britânia”, transformando esta em futuros patrimônios, distritos e Municípios, a começar por Toledo (SILVA, 1985:81).

O grupo acampou a margem esquerda do arroio Toledo.

Toledo foi assim fundado, ou nasceu, em 27 de março de 1946, sendo o seu principal fundador como pessoa física o pioneiro Alfredo Pascoal Ruaro e como pessoa jurídica a grande desbravadora MARIPÁ (SILVA, 1985:81).

Apesar das dificuldades, em 1949, muitos trabalhadores vieram para a região, principalmente devido a área administrativa da colonizadora e ao trabalho espiritual de Padre Antônio Patuy (1º vigário de Toledo).

Neste momento histórico, Toledo era distrito de Foz do Iguaçu e a emancipação política deu-se no dia 14 de novembro de 1951, pela Lei nº 790, aprovada pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto, a primeira eleição aconteceu em 09 de novembro de 1952 e em 14 de dezembro instalou-se o município tendo como prefeito

⁴³ Dados extraídos do livro Toledo Pr: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso. Do autor: Ondy Hélio Niederauer.

Dr. Ernesto Dall'Oglio.

Com base na discussão de Silva, a população Toledana formou-se a partir de vários grupos étnicos, tendo destaque os europeus, alemães, espano-americanos e orientais, além dos grupos mistos⁴⁴. Além disso, houveram grupos secundários formados por russos, poloneses, romenos, bolivianos, paraguaios e outros, que com o desenvolvimento do município modificaram-se devido a miscigenação.

Os paraguaios realizaram o trabalho braçal, derrubada de matas, abertura de estradas, medições de lotes rurais e sujeitando-se a trabalhos mais penosos, como a construção de jangadas nas águas do São Francisco. No que se relaciona aos costumes, desde o início da colonização começou a predominar a maneira de viver dos pequenos fazendeiros ou proprietários rurais, de origem italiana e alemã, conservados das tradições de trabalho, da sobriedade e da agricultura como meio de vida. Os fins de semana eram dedicados, à missa, ao culto evangélico, ao churrasco, ao chimarrão, ao bolão, à bocha, à canastra e, quando existiam muitos rios, às caçadas e pescarias.

O município de Toledo localiza-se no Oeste paranaense e apresenta uma área de 1.197 km², sendo parte do Terceiro Planalto Paranaense, apresentando os seguintes limites geográficos: norte com Palotina e Nova Santa Rosa; ao nordeste com Assis Chateaubriand e Tupãssi; ao leste com Cascavel; ao sul com Vera Cruz d'Oeste e Céu Azul; ao sudoeste com Vera Cruz d'Oeste e Matelândia; ao oeste com Santa Helena e Marechal Cândido Rondon (*Apud* SPIELMANN, 2008).

A economia toledana é essencialmente agroindustrial. Possui o maior rebanho suíno do Paraná e o terceiro maior do país. Há ainda a criação de aves e leite, a produção de grãos, como soja, trigo, milho, feijão, girassol e amendoim, e ainda, algodão, fumo e mandioca.

Na passagem da década de 1960/1970, a modernização agrícola imprimiu novas relações no campo e a especialização agrícola favoreceu a monocultura e a concentração da propriedade, ocasionando o êxodo rural e a acelerada urbanização.

No início da colonização, a partir de 1946 até 1949, não houve um aumento significativo da população, devido às dificuldades iniciais e da falta de infra-estrutura, conforme Tabela 3:

⁴⁴

Misto: Refere-se a todos os povos que miscigenaram-se. Ex: brasileiros com alemães.

TABELA 3 TOLEDO – EXPANSÃO DEMOGRÁFICA

ANO	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955
Nº DE HABITANTES	130	240	615	2.095	3.205	4.240	5.690	6.920

Fonte: BRAGNOLLO, Rubens, et all. Toledo e Sua História, pp.371-372.

A partir da abertura de estradas, venda de terras, propagação dos planos de colonização, no início dos anos de 1950, houve uma expansão demográfica expressiva, apresentando inclusive em decorrência das mudanças no cenário nacional o aumento da população na zona urbana:

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL – 2008

ANO	URBANA	RURAL	TOTAL
1956	2.720	7.225	9.945
1960	5.926	19.033	24.959
1970	14.986	53.899	68.885
1980	42.994	38.288	81.282
1991	72.402	22.477	94.879
1996	76.125	14.292	90.417
2000	85.920	12.280	98.200
2007	98.606	11.251	109.857
2008	-----	-----	115.136

Fonte: IBGE – Censo, 2008.

Além destes dados, assinala-se que o município passa a investir na área habitacional com vistas a garantir apoio à população advinda de outras cidades e estados com o interesse de residir em Toledo.

Conforme Tabela 5, apresentam-se como indicadores habitacionais:

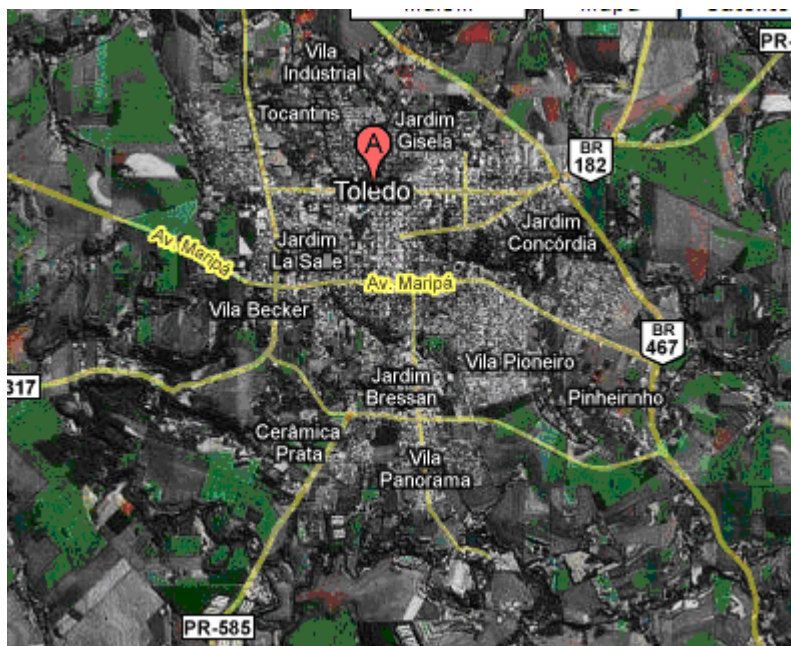
TABELA 5 - ASPECTOS HABITACIONAIS DE TOLEDO

INDICADORESHABITACIONAIS	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL	%
Nº de domicílios - % relativo	30.654	90,21	3.328	9,79	33.982	100,0
Média de habitantes por domicílio	3,21	--	3,38	--	3,28	--

Fonte: IBGE – Censo 2007.

Segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), a densidade demográfica é de 91,65 habitantes por km². A população do município está dividida em 22 (vinte e dois) bairros e 9 (nove) distritos, conforme Figura 4:

FIGURA 4 – MAPA DE TOLEDO POR SATÉLITE



TOLEDO, 2009.

Essa distribuição dos bairros pode ser observada a partir da análise do mapa por imagem de satélite, na busca por compreender a realidade social do município numa perspectiva de totalidade.

Atualmente a cidade apresenta ótimos índices de qualidade de vida. A sociedade desperta para a necessidade de preservação e recuperação dos recursos

naturais e para a promoção do desenvolvimento sustentável, apresentando indicadores de evolução nos mais diversos setores, como por exemplo, esporte, cultura e gastronomia. O crescimento de Toledo tem gerado desafios que estão sendo enfrentados com atenção voltada à preservação e ampliação da qualidade de vida. (Fonte: Plano Municipal de Saúde – 2010 a 2013)

Considerando o crescimento acelerado da população, as expressões da questão social passam a evidenciar o desenvolvimento e aumento das desigualdades sociais. Uma das expressões da questão social se trata da dificuldade apresentada no interior das famílias para sobreviver, o que tende a prejudicar o processo de convivência familiar e comunitária.

Diante dessa proposta, pretende-se resgatar os aspectos inerentes à realidade do acolhimento familiar e institucional de crianças e adolescentes que possuem suas vivências neste município e a partir disso planejar ações de superação desta realidade.

7. MARCO SITUACIONAL

7.1 SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE TOLEDO

7.1.1 CASA LAR BEM ME QUER

Dirigente: Presidente: Marilde Terezinha de Paris Menegatti; Diretora: Lucimar Recalcatti Vieira.

Endereço: Rua Julio Verne, 587 Jardim Porto Alegre

CEP: 85.906-040

CNPJ: 75.974.931/0001-90

Página na internet: www.toledo.apaebrasil.org.br

E-mail da instituição: toledo@apaepr.org.br

E-mail do dirigente: toledo@apaepr.org.br

Telefone da instituição: (45) 3252-0468; 3252 3984

Número de registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: 44/2009

Número de registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS): 23002.001023/83-7

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

A APAE de Toledo foi fundada em 07 de abril de 1974, entidade privada sem fins lucrativos, sendo liderada pelo senhor Adolfo Dall Oglio, juntamente com um grupo de pessoas da comunidade. Iniciando assim a história do Movimento Apaeano no município de Toledo, com objetivo de ofertar atendimento às pessoas com deficiência mental, que até então estavam a margem do processo educacional.

A primeira Diretoria da APAE foi assim constituída:

3. Presidente: Adolfo Dall Oglio
4. Vice-Presidente: Gilberto Alves Branco
5. Primeiro Secretário: Heleno Scherer
6. Segundo Secretário: Luis Jorge Kracher
7. Primeiro Tesoureiro: Severino Jambersi
8. Segundo Tesoureiro: Alcides Nardi

A APAE de Toledo é filiada a Federação Nacional das APAEs fazendo parte do

Movimento Apaeano Brasileiro, é sede do Conselho Regional das APAEs formada pelos municípios de Palotina, Terra Roxa, Santa Helena, Formosa do Oeste, Assis Chateaubriand, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Jesuítas, Tupãssi, São Pedro do Iguaçu, Guaira, tendo como objetivo promover e articular ações em defesa das pessoas com deficiência.

Após 2 anos de fundação da APAE em 08/03/1976, foi criada a Escola Especial nominada como Escola da APAE, funcionando num prédio cedido pelo senhor Adolfo Dall Oglio e sua esposa Vênus Dall Oglio. Localizada na Rua Sarandi nº 173, iniciando assim as suas atividades. Atendendo inicialmente 09 alunos, avaliados pela equipe do Departamento de Educação Especial do Estado.

Tendo como primeiros profissionais:

3. Diretora: Maria Helena Andrade
4. Professoras: Maria Helena Garicoix e Maria Helena Vegas
5. Servente: Mirian dos Santos

No ano de 1977, em reunião a diretoria da APAE e os funcionários escolheram o nome para a escola, que passou a se chamar Escola Especial Bem Me Quer.

Em 26 de abril de 1980, com muito trabalho e muita luta e envolvimento de vários segmentos da sociedade a APAE inaugura, a sede própria da escola, 1.388,m², de área construída e 1.612m² de área livre, que funciona na rua Bonfim 1621, centro.

Em setembro de 1996 a APAE de Toledo inaugura o Setor Profissionalizante, extensão da Escola de Educação Especial Bem Me Quer, localizado no Projeto Poty, com 948m² de área construída e dois alqueires de área livre.

Em 23 de agosto de 2003, foi inaugurada a Casa Lar Bem Me Quer, localizada na Rua Julio Verne, 587 – Jardim Porto Alegre, com o objetivo de prestar atendimento para as pessoas com deficiência Intelectual e múltipla deficiência sem vínculo familiar em todas as faixas etárias conforme a necessidade.

Desta forma atendendo os quesitos com base na tipificação nacional dos serviços socioassistencial aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social pela resolução 109, de 11 de novembro de 2009.

A Casa Lar tem como prioridade oferecer moradia, alimentação, educação possibilitando a construção de uma rede social afetiva na vida dos moradores, reproduzindo desta maneira um ambiente mais próximo de um família. .

A casa tem capacidade para atender 7 pessoas com deficiência intelectual em condições dignas de moradia, conforme preconiza o ECA, LOAS e outras legislações

pertinentes, atualmente com 04 moradores, destes 3 adultos e 01 criança. Os cuidados na casa ficam sob a responsabilidade da mãe social, profissão regulamentada pela Lei 7.644 de 18 de Dezembro de 1987.

REDE DE SERVIÇOS E PARCERIAS

Para atender os moradores da Casa Lar, contamos com a parceria da rede sócio assistencial pública e privada, oferecidos pelas várias políticas setoriais, principalmente na área da saúde, assistência social, Ministério Público e sociedade civil.

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO SERVIÇO

O público atendido na casa lar recebe atendimento na Escola de Educação Especial Bem Me Quer, por um período de 4 horas diárias. No contra turno são realizados atendimentos pela mãe social e por técnicos da entidade mantenedora de acordo com a necessidade de cada morador, com intuito de melhor qualidade de vida, inserção e fortalecimento dos vínculos com a comunidade.

O trabalho da equipe técnica não é realizado com famílias pois os moradores não tem vínculo familiar.

RECURSOS HUMANOS DA INSTITUIÇÃO

Nº	Função	Formação	Vínculo de trabalho
01	Diretora	Pedagogia com especialização em Deficiência Intelectual	Prefeitura Municipal de Toledo cedida para a APAE
01	Assistente Social	Serviço Social	Entidade Mantenedora
01	Psicólogo	Psicologia	Entidade Mantenedora
01	Fisioterapeuta	Fisioterapia	Entidade Mantenedora
01	Mãe social	Ensino Fundamental	Entidade Mantenedora
01	Serviços gerais	Ensino Fundamental Incompleto	Entidade Mantenedora

O quadro de funcionário que prestam serviços e atendimento na Casa Lar, atendem os preceitos da NOB-RH.

- **A diretora** tem a função de dirigir e organizar a Casa Lar junto com a equipe
- **A Assistente Social** tem como função dar apoio sócio educativo aos moradores.

- **O psicólogo** tem a função de dar apoio psicossocial.

- **O fisioterapeuta** presta atendimento de fisioterapia para melhor desenvolvimento motor contribuindo para melhora na qualidade de vida.

- **A mãe social** tem como função atender as necessidades dos moradores, bem como propiciar um ambiente adequado para boa relação entre ambos, fortalecendo os vínculos entre os moradores, propiciando um ambiente mais próximo de um lar. De acordo com a lei 7.644 de 18 de dezembro de 1987 no seu artigo 4 diz: São atribuições da mãe social:

- I- propiciar o surgimento de condições próprias de uma família, orientando e assistindo os menores colocados sob seus cuidados;
- II- administrar o lar, realizando e organizando as tarefas a ela pertinentes;
- III- dedicar-se, com exclusividade, aos menores e a casa lar que lhes forem confiados;

Parágrafo único. A mãe social, enquanto no desempenho de suas atribuições, deverá residir, juntamente com os menores que lhe forem confiados, na casa lar que lhe for destinada.

- **Serviços gerais** tem como função manter a limpeza do ambiente, bem como auxiliar a mãe social nas suas funções ou na sua ausência. A equipe de apoio tem como função prestar todos os atendimentos necessários para o bom desenvolvimento psicossocial dos abrigados.

RECURSOS FINANCEIROS

Desde sua fundação a Casa Lar Bem Me Quer é mantida apenas com recursos próprios da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e com ajuda da sociedade civil. Até o momento não tivemos acesso a nenhum convênio público para a manutenção da casa. Salientamos que em 7 anos de existência o único recurso público empregado na casa foi referente a sua construção que foi financiado pelo FIA estadual.

Destacamos as dificuldades financeiras enfrentadas para manter o bom funcionamento da casa lar e garantir os usuários tenham acesso aos mínimos sociais, direito garantido pela Constituição de 1988. O custo mensal para manter a Casa Lar Bem Me Quer é de R\$3.500,00(água, luz, telefone, funcionários, vestuário, alimentação, medicamentos e transporte). Estes gastos são para manter um serviço de proteção especial de alta complexidade que necessitam de um olhar diferenciado por

parte dos governantes.

ESTRUTURA FÍSICA DA INSTITUIÇÃO

A estrutura física da Casa Lar Bem Me Quer é de um terreno de 449,70m² com uma construção de alvenaria de 152,87 m², com 07 cômodos e 03 banheiros, edícula totalmente murada.

PERFIL DOS MORADORES DA CASA LAR

As pessoas com deficiência intelectual atendidas na Casa Lar Bem Me Quer, são oriundas de famílias carentes, com perda dos vínculos familiares ou pessoas órfãs, que estavam em abrigos de longa permanência que por ordem judicial encerraram suas atividades, sendo transferidos para Casa Lar Bem Me Quer assim como pessoas destituídas do poder familiar. Dos 04 moradores: 02 tem deficiência intelectual associada a deficiência física, sendo que 01 deles acamado com alimentação parental; 01 diabético com uso de insulina e uso de 05 medicamentos controlados; 01 criança com quadro de hiperatividade com uso de medicamento controlado.

Idade	Sexo	Mês/Ano inserção	Motivo inserção	Situação Processual	Situação familiar
10	Masculino	Abril/2010	Destituição familiar	Em andamento	Com família e sem vínculo
40	Feminino	Outubro/2003	Perda de vínculo familiar	Tutora	Sem família
38	Masculino	Outubro/2003	Perda dos vínculos familiares	Tutora	Sem família
27	Feminino	Outubro/2003	Filha da mãe social	-	Com vínculo familiar

7.1.2 Casa Abrigo Menino Jesus

Dirigente: Andréia Miranda dos Santos Trindade

Endereço: Rua Mario Pudel, 110. Vila Pioneira.

CEP: 85909-446

e-mail: psetoledo@yahoo.com.br

Telefone: 45 3055-8704

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

Em 1996 o município de Toledo, não tendo nenhum local para abrigar crianças e adolescentes em situação de risco, acordou com a Associação das Donas de Casa para ocupação da sua antiga sede e abrigar temporariamente estas crianças.

A referida casa, mesmo em situação precária, serviu como abrigo por um período de cinco anos, sendo que durante os dois primeiros anos foi administrada pelo Conselho Tutelar e, posteriormente, pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Assim, no ano de 2002, teve abertura a Casa Abrigo Menino Jesus, atendendo crianças e adolescentes em situação de risco. Com o aumento da demanda pelo serviço, neste ano de 2010 optou-se pela implantação de mais uma casa, e o público atendido foi separado por segmento de crianças e segmento de adolescentes.

No dia 26 de abril de 2010 então, iniciou-se o trabalho na Casa Abrigo para Adolescentes e a Casa Abrigo Menino Jesus passou atender essencialmente crianças, definidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente como indivíduos com idade de 0 a 12 anos incompletos.

O serviço atende hoje 12 crianças estando em sua capacidade máxima.

REDE DE SERVIÇOS E PARCERIAS

Da rede de Proteção Social Especial da Política de Assistência Social :

- CREAS I – Atendimento à Indivíduos com Direitos Violados;
- CREAS II – Serviço de Atendimento e Orientação de Medidas Sócio-Educativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade.

Da rede de Proteção Social Básica da Política de Assistência Social:

- CRAS - Centros de Referência em Assistência Social dos quatro territórios do município;

Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

Da rede de Atenção à Saúde do Município e Estado:

- _ Secretaria Municipal de Saúde;
- _ UBS - Unidades Básicas de Saúde;
- _ Consórcio Intermunicipal de Saúde;
- _ Central de Especialidades Médicas;
- _ Departamento de Saúde Mental – atendimento psicológico e psiquiátrico;
- _ CAPS AD - Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas;
- _ Farmácia Escola Municipal – medicamentos básicos e especiais;
- _ 20ª Regional de Saúde – medicamentos excepcionais.

Da rede Municipal e Estadual de Educação:

- _ CMEI – Centros Municipais de Educação Infantil;
- _ Escolas municipais de ensino fundamental;
- _ Colégios Estaduais de Ensino Fundamental.

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO SERVIÇO

Com as crianças:

- maternagem;
- atividades dirigidas;
- reforço escolar;
- cadernos de resgate de história;
- lazer;
- atividades culturais;
- entrevistas para coleta de informações para estudo de caso;
- observações comportamentais;
- inserção na rede de ensino;
- encaminhamento para a rede de saúde;
- realização de álbum fotográfico;
- realização de relatórios com evolução comportamental e perfil psicológico;
- preparação para o retorno à família de origem, família extensa ou substituta.

Com as famílias de origem:

- visitas domiciliares para acompanhamento;
- entrevistas para estudo de caso;
- avaliação socioeconômica;
- encaminhamentos pertinentes para os serviços da rede municipal;
- preparação para o retorno da criança ao convívio familiar ou rompimento definitivo dos vínculos;
- orientações.

RECURSOS HUMANOS

Nº	Função	Qualificação	Carga horária	Vínculo de trabalho
1	Mãe Social (coordenadora)	Ensino Superior - Pedagogia	44 hs	contrato
1	Assistente em Desenvolvimento Social	Ensino Superior - Pedagogia	40 hs	estatutário
1	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino fundamental	40 hs	contrato
1	Cozinheira	Ensino fundamental	40 hs	estatutário
1	Assistente Social	Ensino Superior – Serviço Social – nível especialização	20 hs	estatutário
1	Psicóloga	Ensino Superior – Psicologia – nível especialização	20 hs	estatutário

Mãe Social (coordenadora):

- * Cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção;
- * Realizar a acolhida e tratar afetivamente as crianças, com observância os direitos e garantias fundamentais.
- * Preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade as crianças;
- * Relação afetiva personalizada e individualizada com cada criança ;
- * Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança);
- * Auxílio à criança para lidar com sua história de vida e fortalecimento da auto-estima e construção da identidade;
- * Organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança, de modo a preservar sua história de vida.
- * Organização das informações das crianças e respectivas famílias, na forma de prontuário individual;
- * Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos

no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social) deverá também participar deste acompanhamento;

- * Apoio na preparação da criança para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social);
- * Orientar as visitas quanto as normas, horários e regimento da casa de abrigo;
- * Propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer;
- * Zelar pela manutenção de um bom clima de relações humanas dentro da casa entre todos os membros, as crianças e seus pais ou responsáveis;
- * Garantir cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos;
- * Providenciar os documentos necessários para matrícula imediata da criança no sistema educacional;
- * Propiciar assistência religiosa aqueles que desejarem, de acordo com suas crenças;
- * Supervisionar o trabalho da equipe de apoio, controlando e fiscalizando os trabalhos da casa, quanto a higiene, alimentação, vestuário, garantindo que cada criança tenha priorizada sua individualidade, enquanto abrigada;
- * Zelar pelo cumprimento dos artigos 92 e 94 do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8069/90.

Assistente em Desenvolvimento Social:

- * Acolher e tratar afetivamente a criança;
- * Supervisionar as atividades pedagógicas realizadas pela casa;
- * Direcionar o reforço escolar para as dificuldades apresentadas na rede regular de ensino, pelas crianças acolhidas;
- * Planejar e realizar atividades que estimulem a sociabilidade, auto-estima e expressão;
- * Entrar em contato regularmente com os professores da escola de ensino;
- * Auxiliar em forma de apoio as funções do coordenador;
- * Organizar, implantar e coordenar projetos pedagógicos adequados aos objetivos do Abrigo;
- * Dividir com a Coordenação Administrativa a responsabilidade pela elaboração da lista de material pedagógico necessário;
- * Fazer relatório das atividades pedagógicas infantis;

- * Organizar biblioteca e videoteca próprias;
- Conhecer e utilizar o ECA a LDB, a Resolução 001/00 do CME, bem como toda a legislação vigente como referência para garantia dos direitos das crianças.

Auxiliar de Serviços Gerais:

- * Lavar e passar as roupas que lhe forem entregues;
- * Conservar a lavanderia limpa e em ordem;
- * Cuidar da limpeza da Casa, pátio, parquinho e área de lazer, etc.
- * Auxiliar a Coordenação na preparação da lista dos materiais necessários para o desempenho do seu trabalho;
- * Comunicar à Coordenação com antecedência o término do material de limpeza;
- Obedecer ao cronograma da limpeza, mantendo a constante limpeza de todo o Abrigo.

Cozinheira:

- * Cumprir as determinações da nutricionista no que se refere às prescrições dietéticas e cocção de alimentos em geral;
- * Zelar para que a cozinha e despensa se mantenha sempre em rigorosas condições de higiene;
- * Preparar alimentos sólidos, pastosos ou líquidos de acordo com as prescrições da nutricionista;
- * Manter rigorosa higiene pessoal;
- * Manter todos os utensílios e aparelhos da cozinha em rigorosas condições de limpeza;
- * Servir as refeições nos horários estabelecidos;
- * Manter controle da estocagem dos alimentos, observando rigidamente as datas de validade;
- * Comunicar à coordenação com antecedência o término do gás da cozinha e gêneros alimentícios;
- * Colaborar, eventualmente, no cuidado direto com a criança;
- * Fazer uso do guarda-pó, touca e calçado fechado, sempre limpos e bem conservados, conforme determina a legislação sanitária;

- * Evitar desperdícios;
- * Armazenar corretamente todos os alimentos, e as sobras. Descongelar corretamente os alimentos para a sua finalidade;

Equipe Técnica (Assistente Social e Psicólogo)

- * Elaboração, em conjunto com o/a diretor(a) e demais colaboradores, do projeto político-pedagógico do serviço;
- * Acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar;
- * Apoio na seleção dos cuidadores/educadores e demais funcionários;
- * Capacitação e acompanhamento dos cuidadores/educadores e demais funcionários;
- * Encaminhamento e discussão / planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do Sistema de Garantia de Direitos das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e suas famílias;
- * Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios periódicos sobre a situação de cada criança apontando: possibilidades de reintegração familiar, necessidade de aplicação de novas medidas; ou, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção;
- * Preparação, da criança para o desligamento (em parceria com o (a)cuidador(a)/educadora(a) de referência);
- * Mediação, em parceria com o (a) cuidador(a)/educadora(a) de referência, do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso.

RECURSOS FINANCEIROS

A manutenção das Casas é custeada pelo município até o momento.

No ano de 2009 foi elaborado projeto para aquisição de recursos através do Programa Crescer em Família – FIA, solicitando o valor de R\$20,148,10.

No ano de 2010 foi elaborado projeto para aquisição de recursos através do

Ministério de Desenvolvimento Social no valor de R\$26.050,00

DESPESA MENSAL

Funcionários	Alimentação	Manutenção	Luz	Água	Materiais pedagógicos	Total
R\$ 8.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 500,00	R\$ 300,00	R\$ 150,00	R\$ 50,00	R\$ 12.000,00

ESTRUTURA FÍSICA DA INSTITUIÇÃO

A casa é estruturada da seguinte forma:

5 quartos (sendo uma suíte)

1 banheiro

1 sala de estar

1 cozinha

1 sala de jantar

1 depósito

1 lavanderia

1 garagem

espaço para lazer e recreação

PERFIL DAS CRIANÇAS

Idade	Sexo	Mês/ano inserção	Motivo inserção	Situação processual	Situação familiar
1 mês	M	jun/2010	Situação de risco	Destituição do Poder Familiar	Com família e sem vínculos
2 anos	M	out/2009	Situação de risco	Destituição do Poder Familiar	Com família e sem vínculos
4 anos	F	out/2009	Situação de risco	Destituição do Poder Familiar	Com família e sem vínculos
3 meses	M	abr/2010	Situação de risco	Destituição do Poder Familiar	Com família e sem vínculos
2 anos	F	ago/2009	Situação de risco	Proc. Aplic. Medida de Proteção	Com família e com vínculos
11 meses	M	mai/2010	Situação de risco	Pedido de Providências	Com família e sem vínculos
6 anos	M	set/2009	Violência física	Destituição do Poder Familiar	Com família e sem vínculos
6 anos	F	set/2009	Violência física	Destituição do Poder Familiar	Com família e sem vínculos
6 anos	M	nov/2009	Negligência	Suspensão do Poder Familiar	Com família e sem

						vínculos
3 anos	F	mar/2010	Situação de risco	Proc. Aplic. Medida de Proteção	de	Com família e com vínculos
8 anos	F	jun/2010	Violência sexual	Pedido de Providências		Com família e com vínculos
9 anos	F	mai/2010	Situação de abandono	Pedido de Providências		Com família e sem vínculos

TABELA DOS ACOLHIMENTOS REGISTRADOS

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
2003	0	0	0	0	0	0	2	0	5	0	2	0	9
2004	5	0	1	8	1	0	1	1	0	0	4	1	22
2005	2	0	2	0	1	3	2	2	2	0	8	1	22
2006	5	0	3	2	2	2	5	0	7	7	2	0	35
2007	1	0	2	3	0	0	0	4	0	3	3	5	21
2008							1		2	2	2	1	8
2009	5	1	4	7	3	4	3	3	3	3	5	1	42
2010	4	2	0	1	4	4	9	-	-	-	-	-	24

7.1.3 Casa Abrigo dos Adolescentes

Dirigente da instituição: Maria da Conceição de Faria

Endereço: Rua Bento Munhoz da da Rocha Neto, 2873. Jd. La Salle.

CEP: 85902-000

e-mail: psetoledo@yahoo.com.br

Telefone: 45 3252 6164

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

Em 1996 o Município de Toledo, não tendo nenhum local para abrigar crianças e adolescentes em situação de risco, acordou com a Associação das Donas de Casa para ocupação da sua antiga sede e abrigar temporariamente estas crianças.

A referida casa, mesmo em situação precária, serviu como abrigo por um período de cinco anos, sendo que durante os dois primeiros anos foi administrada pelo Conselho Tutelar e, posteriormente, pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Assim, no ano de 2002, teve abertura a Casa Abrigo Menino Jesus, atendendo crianças e adolescentes em situação de risco. Com o aumento da demanda pelo serviço, neste ano de 2010 optou-se pela implantação de mais uma casa, e o público atendido foi separado por segmento de crianças e segmento de adolescentes.

No dia 26 de abril de 2010 então, iniciou-se o trabalho na Casa Abrigo para Adolescentes, contando com 3 adolescentes, sendo sua capacidade máxima 8 vagas, sendo a instituição de natureza pública.

A faixa etária atendida pelo serviço é de público de adolescentes, sendo este definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescentes como a idade de 12 a 18 anos.

REDE DE SERVIÇOS E PARCERIAS

Da rede de Proteção Social Especial da Política de Assistência Social :

CREAS I – Atendimento à Indivíduos com Direitos Violados;

CREAS II – Serviço de Atendimento e Orientação de Medidas Sócio-Educativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade.

Da rede de Proteção Social Básica da Política de Assistência Social:
CRAS - Centros de Referência em Assistência Social dos quatro territórios do município;
Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Da rede de Atenção à Saúde do Município e Estado:
Secretaria Municipal de Saúde;
UBS - Unidades Básicas de Saúde;
Consórcio Intermunicipal de Saúde;
Central de Especialidades Médicas;
Departamento de Saúde Mental – atendimento psicológico e psiquiátrico;
CAPS AD - Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas;
Farmácia Escola Municipal – medicamentos básicos e especiais;
20ª Regional de Saúde – medicamentos excepcionais.

Da rede Municipal e Estadual de Educação:

- CMEI – Centros Municipais de Educação Infantil;
- Escolas municipais de ensino fundamental;
- Colégios Estaduais de Ensino Fundamental e Médio.
- Educação para Jovens e Adultos.

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO SERVIÇO

Com os adolescentes:

- reforço escolar;
- atividades dirigidas;
- lazer;
- atividades culturais;
- entrevistas para coleta de informações para estudo de caso;
- observações comportamentais;
- inserção na rede de ensino;
- encaminhamento para a rede de saúde;
- inserção em atividades culturais e profissionalizantes;

- realização de álbum fotográfico;
- realização de relatórios com evolução comportamental e perfil psicológico;
- preparação para o mercado de trabalho;
- preparação para o retorno à família de origem, família extensa ou substituta.

Com as famílias de origem:

- visitas domiciliares para acompanhamento;
 - entrevistas para estudo de caso;
 - avaliação socioeconômica;
5. preparação para o retorno do adolescente ao convívio familiar ou rompimento definitivo dos vínculos;
 6. encaminhamentos pertinentes para os serviços da rede municipal;
 7. orientações.

RECURSOS HUMANOS

N°	Função	Qualificação	Carga horária	Vínculo de trabalho
1	Mãe Social (coordenadora)	Ensino Superior - Pedagogia	44 hs	contrato
1	Assistente em Desenvolvimento Social	Ensino Superior - Pedagogia	40 hs	estatutário
1	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino fundamental	40 hs	contrato
1	Cozinheira	Ensino fundamental	40 hs	estatutário
1	Assistente Social	Ensino Superior – Serviço Social – nível especialização	20 hs	estatutário
1	Psicóloga	Ensino Superior – Psicologia – nível especialização	20 hs	estatutário

Mãe Social (coordenadora):

- * Cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção;
- * Realizar a acolhida e tratar afetivamente os adolescentes, com observância os direitos e garantias fundamentais;
- * Preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade aos adolescentes;
- * Relação afetiva personalizada e individualizada com cada adolescente;

- * Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas);
- * Auxílio ao adolescente para lidar com sua história de vida e fortalecimento da auto-estima e construção da identidade;
- * Organização de fotografias e registros individuais, de modo a preservar sua história de vida;
- * Organização das informações dos adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuário individual;
- * Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social) deverá também participar deste acompanhamento;
- * Apoio na preparação do adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social);
- * Orientar as visitas quanto as normas, horários e regimento da casa de abrigo.
- * Propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer;
- * Zelar pela manutenção de um bom clima de relações humanas dentro da casa entre todos os membros;
- * Garantir cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos;
- * Providenciar os documentos necessários para matrícula imediata da criança no sistema educacional;
- * Propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças;
- * Supervisionar o trabalho da equipe de apoio, controlando e fiscalizando os trabalhos da casa, quanto a higiene, alimentação, vestuário, garantindo que cada adolescente tenha priorizada sua individualidade, enquanto abrigada.
- * Zelar pelo cumprimento dos artigos 92 e 94 do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8069/90.

Assistente em Desenvolvimento Social:

- * Acolher e tratar afetivamente o adolescente;
- * Supervisionar as atividades pedagógicas realizadas pela casa;
- * Direcionar o reforço escolar para as dificuldades apresentadas na rede regular de ensino, pelos adolescentes acolhidas;

- * Planejar e realizar atividades que estimulem a sociabilidade, auto-estima e expressão;
- * Entrar em contato regularmente com os professores da escola de ensino;
- * Auxiliar em forma de apoio as funções do coordenador;
- * Organizar, implantar e coordenar projetos pedagógicos adequados aos objetivos do Abrigo;
- * Dividir com a Coordenação Administrativa a responsabilidade pela elaboração da lista de material pedagógico necessário;
- * Fazer relatório das atividades pedagógicas infantis;
- * Organizar biblioteca e videoteca próprias;
- Conhecer e utilizar o ECA a LDB, a Resolução 001/00 do CME, bem como toda a legislação vigente como referência para garantia dos direitos das crianças.

Auxiliar de Serviços Gerais:

- * Lavar e passar as roupas que lhe forem entregues;
- * Conservar a lavanderia limpa e em ordem;
- * Cuidar da limpeza da Casa, pátio e área de lazer, etc.
- * Auxiliar a Coordenação na preparação da lista dos materiais necessários para o desempenho do seu trabalho;
- * Comunicar à Coordenação com antecedência o término do material de limpeza;
- Obedecer ao cronograma da limpeza, mantendo a constante limpeza de todo o Abrigo;

Cozinheira:

- * Cumprir as determinações da nutricionista no que se refere às prescrições dietéticas e cocção de alimentos em geral;
- * Zelar para que a cozinha e despensa se mantenha sempre em rigorosas condições de higiene;
- * Preparar alimentos sólidos, pastosos ou líquidos de acordo com as prescrições da nutricionista;
- * Manter rigorosa higiene pessoal;
- * Manter todos os utensílios e aparelhos da cozinha em rigorosas condições de

limpeza;

- * Servir as refeições nos horários estabelecidos;
- * Manter controle da estocagem dos alimentos, observando rigidamente as datas de validade;
- * Comunicar à coordenação com antecedência o término do gás da cozinha e gêneros alimentícios;
- * Colaborar, eventualmente, no cuidado direto com a criança;
- * Fazer uso do guarda-pó, touca e calçado fechado, sempre limpos e bem conservados, conforme determina a legislação sanitária;
- * Evitar desperdícios;
- * Armazenar corretamente todos os alimentos, e as sobras. Descongelar corretamente os alimentos para a sua finalidade.

Equipe Técnica (Assistente Social e Psicólogo)

- * Elaboração, em conjunto com o/a diretor(a) e demais colaboradores, do projeto político-pedagógico do serviço.
- * Acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar;
- * Apoio na seleção dos cuidadores/educadores e demais funcionários;
- * Capacitação e acompanhamento dos cuidadores/educadores e demais funcionários;
- * Encaminhamento e discussão / planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do Sistema de Garantia de Direitos das intervenções necessárias ao acompanhamento dos adolescentes e suas famílias;
- * Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios periódicos sobre a situação de cada adolescente apontando: possibilidades de reintegração familiar, necessidade de aplicação de novas medidas; ou, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção;
- * Preparação, do adolescente para o desligamento (em parceria com o (a)cuidador(a)/educadora(a) de referência);
- Mediação, em parceria com o (a) cuidador(a)/educadora(a) de referência, do

processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso.

RECURSOS FINANCEIROS

A manutenção das Casas é custeada pelo município até o momento. No ano de 2010 foi elaborado projeto para aquisição de recursos através do Ministério de Desenvolvimento Social no valor de R\$30.900,00.

DESPESA MENSAL

funcionários	alimentação	manutenção	luz	água	materiais pedagógicos	total
R\$ 8.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 500,00	R\$ 300,00	R\$ 150,00	R\$ 50,00	R\$ 12.000,00

ESTRUTURA FÍSICA DA INSTITUIÇÃO

A casa é estruturada da seguinte forma:

3 quartos (sendo 1 suíte)

2 banheiros

1 lavabo

1 cozinha

1 copa

1 sala de estar e de jantar conjugada

1 depósito

1 lavanderia

1 escritório

1 garagem

espaço para lazer e recreação

PERFIL DOS ADOLESCENTES

Idade	Sexo	Mês/ano inserção	Motivo inserção	Situação processual	Situação familiar
14	F	set/2009	Abandono	Suspensão do poder familiar.	Com família e sem vínculo
15	M	jan/2010	Negligência	Pedido de Providências.	Com família e com vínculo fragilizado

16	F	fev/2010	Situação de risco	Pedido de Providências.	Com família e com vínculo.
16	M	abr/2010	Violência e negligência	Pedido de Providências.	Com família e com vínculo
14	F	jun/2010	Violência sexual	Pedido de Providências.	Com família e com vínculos
13	M	mai/2010	Violência física	Pedido de Providências.	Com família e com vínculos
9	F	mai/2010	Violência física	Pedido de Providências.	Com família e com vínculos

7.1.4 Casa Lar Dorcas

Dirigente da instituição: Nelson Kissler

Endereço: Rua Otávio Magalhães, 781 - Coopagro

CEP: 85.900-000

CNPJ: 80.876.329/0001-50 (da instituição)

E-mail da instituição: dorcastoledo@uol.com.br

Telefone da instituição: Casa Lar (45) 3252-7668

Número de registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Registro N°48/2009

Número de registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS): Registro no

CNAS: 44006.001319/96-20

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Centro Comunitário e Social Dorcas surgiu em 1991 com lideranças pertencentes a Congregação Cristo Redentor de Toledo, filiada a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) que participam de reuniões com pessoas, órgãos e entidades envolvidas e preocupadas com a questão social no município.

Em junho de 1996, inaugurou-se a sede do Centro Comunitário e Social Dorcas e em julho do mesmo ano iniciaram-se as atividades da Casa de Meninas Dorcas, atendendo a meninas moradoras na região do bairro pioneiro que possui alto índice populacional e problemas sociais.

No início de 2000, houve uma ampliação da área física da Entidade, o que deu possibilidade de ampliar gradativamente o número de atendimentos. Foram atendidas crianças e adolescentes consideradas em situação de risco pessoal e social, através de ações sócio-educativas e cursos semi-profissionalizantes.

Em 2003 foi implantada a Unidade 2, no bairro Jd. Coopagro, com atendimento misto a 280 crianças e adolescentes, em sistema de contra-turno social, com ações

complementares que priorizam o lúdico, o cultural, a interação social na construção e defesa da cidadania.

Á partir de 2007, iniciou o atendimento através da Casa Lar Dorcas com capacidade de atendimento a 12 crianças e adolescentes residentes em situação de proteção integral.

A entidade visa através de suas ações e serviços oferecidos tornar-se um diferencial na vida de seus usuários. Entendendo que através da ação educativa, envolvimento das famílias e comunidade em geral pode-se contribuir para o resgate e pleno exercício da cidadania.

Trata-se de uma organização da sociedade Civil de caráter assistencial, sem fins lucrativos, de duração ilimitada.

No exercício de seu papel deliberativo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Toledo e as Conferências Municipais, propuseram a implantação de Casa-Lar no município de Toledo para o abrigamento de crianças e adolescentes em situação de risco e/ou abandono provisório para atender à demanda do município, que hoje não dispõe de tal recurso.

O Centro Comunitário e Social Dorcas, participante do Conselho de Direitos e atuando na rede de executores da política de direitos, como entidade não governamental, sensibilizou-se diante da problemática e necessidade de resposta a demanda existente.

Foi aprovado pelo CMDCA a implantação de abrigo no município de Toledo através do sistema Casa-lar, integrando-se ao Projeto Amigos da Família, que proporciona atendimento à crianças e adolescentes no sistema de contra-turno escolar no bairro Coopagro.

Foi efetivada a construção da Casa-Lar próxima da sede do CIAF, inserindo-se as crianças e adolescentes no programa de contra-turno oferecido pelo Projeto Amigos da Família que visa atendimento integral, otimizando a estrutura para que voltados à suas necessidades e demandas prioritárias. Também havendo recursos próximos como Posto de Saúde e Escolas da rede municipal e estadual de ensino.

A Casa Lar Dorcas, mantém seu atendimento priorizando o aspecto de proteção integral, sendo uma alternativa de moradia nas situações que demandam esse tipo de serviço, prioriza o atendimento personalizado, em clima residencial, contribuindo para a construção de vínculos afetivos saudáveis e o resgate da afetividade contribuindo para o desenvolvimento saudável de seus usuários.

A partir de 2007, iniciou o atendimento através da Casa Lar Dorcas com capacidade de atendimento a 12 crianças residentes, em situação de proteção integral através do Programa de Acolhimento Institucional, conforme legislação vigente.

Quadro de atendimentos da Casa Lar Dorcas:

Mês	Jan	Fev	Março	Abril	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2007	-	-	6	6	6	6	6	4	4	5	6	9
2008	9	6	7	6	7	7	7	6	6	11	6	6
2009	5	5	10	10	10	10	10	11	11	11	13	13
2010	12	14	14	15	16	16						

Quadro de desabrigamento da Casa Lar Dorcas:

Motivo	2007	2008	2009	1º Sem 2010
Para família de origem	01	04	05	-
Para família extensa	-	01	02	01
Para adoção nacional	-	-	02	-
Para adoção internacional	-	-	-	-
Evasões/fugas	-	-	01	01
Outros	-	01	02	01

**RED
E
DE
SER**

VIÇOS E PARCERIAS

- A rede de Educação é acionada visando a inclusão das crianças em escola do bairro, conforme a faixa etária e série específica. No decorrer de 2009 foram utilizados os serviços da Escola Municipal Engenheiro Waldyr Luiz Becker e Colégio Estadual Novo Horizonte, conforme a idade e série das crianças acolhidas.

- A rede de Saúde atende as demandas de serviço básico para avaliação e acompanhamento individual e também realiza procedimentos específicos conforme a demanda por serviços e perfil da criança acolhida, sendo acionados os recursos para avaliação ou acompanhamento especializado. Em 2009 foram utilizados os serviços da Unidade Básica do Jardim Coopagro, e do Mini Hospital Drº José Nunes. Também sendo acionados outros serviços especializados da rede conforme a necessidade apresentada.

- O acolhimento institucional prevê intensa comunicação com o Serviço Auxiliar da

Infância e Juventude, havendo grande integração com o SAIJ da Comarca de Toledo, no acompanhamento das crianças acolhidas na Casa Lar Dorcas, sendo encaminhados relatórios conforme a solicitação e demanda apresentada.

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO SERVIÇO

A Casa-Lar é uma experiência que busca quebrar o vínculo impessoal do modelo institucional. Atendendo às necessidades de crianças e adolescentes, visa garantir a convivência em ambiente familiar e na comunidade, bem como oportunizar condições para o desenvolvimento pessoal satisfatório.

Na Casa-Lar as crianças e adolescentes tem oportunidade de vivenciar os princípios básicos de uma convivência familiar, através da relação estabelecida entre filhos e mãe-social. A casa, com a estrutura básica necessária para residir uma mãe-social (ou casal-social) e no máximo 12 crianças e adolescentes sob seu cuidado., após o encaminhamento de casos pelo Ministério Público ou Conselho Tutelar conforme determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ao ingressar na Casa-Lar as crianças e adolescentes são inseridos no ambiente familiar, participando da rotina doméstica, freqüentando a escola em um período e no contra-turno participando dos programas do projeto Amigos da Família. Proporcionando integração no grupo familiar e na comunidade, utilizando-se a infra-estrutura do bairro nas áreas de saúde, escola, igreja e outros recursos. A proposta de utilização integrada dos recursos físicos e técnicos do programa Amigos da Famílias, observa a otimização de tais recursos e proporciona a integração das crianças no contexto comunitário.

Ainda, destaca-se a importância de realizar ações destinadas à família de origem, visando o resgate das relações familiares e o retorno à sua família de origem ou colocação em família substituta, sendo realizado através das parcerias com a rede social do município de acordo com as demandas e conforme legislação específica.

_ Ações realizadas ao público inserido no acolhimento institucional:

Acolhimento, Atendimento social, Psicológico, encaminhamento para atividades escolares e de contra-turno, encaminhamento para serviços de saúde, como realização de exames, acompanhamento periódico, encaminhamentos para especialistas, encaminhamento para dentista e outros serviços.

_ Descrever as ações realizadas junto às famílias de origem do público inserido

no acolhimento institucional;

Estudo de Caso, visita domiciliar, acompanhamento das visitas realizadas aos acolhidos na Casa Lar, acompanhamento na saída e desligamento de crianças e orientações em geral.

RECURSOS HUMANOS

Nº	Função	Formação	Vínculo de trabalho	Carga horária
01	Coordenador	Nível universitário	Voluntário/diretoria	Integral
01	Mãe Social	Nível médio	Contrato	44 horas
01	Assistente Social	Nível universitário	Contrato	20 horas
01	Pedagoga	Nível universitário	Contrato	20 horas
01	Psicóloga	Nível universitário	Contrato	20 horas
01	Serviços gerais	Nível básico	Contrato	20 horas

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Função	Atribuições
Coordenador	Acompanha as ações realizadas pela equipe e é o responsável legal pelo programa de acolhimento institucional
Mãe Social	Reside na casa e mantém os cuidados diários com as crianças e adolescentes, na acolhida e sendo responsável pela atividades da casa, acompanha situações escolares e de saúde, numa rotina residencial.
Assistente Social	Acolhimento e acompanhamento individual e familiar visando o resgate de vínculos e o retorno para família de origem, realiza acompanhamento, realiza visitas domiciliares, estudo social, informes e relatórios, acompanha situações de saúde e escolares, contatos com rede de atendimento, atendimento individual e em grupo.
Pedagoga	Acolhimento e acompanhamento individual em situações de aprendizagem no contra turno e na rede de ensino.
Psicóloga	Acolhimento e acompanhamento individual e familiar visando o resgate de vínculos e o retorno para família de origem, acompanha visitas domiciliares, estudo social, informes e relatórios, acompanha situações de saúde e escolares, contatos com rede de atendimento, atendimento e acompanhamento individual e em grupo. Realização de Pareceres Psicológicos periódicos
Serviços gerais	Realiza os cuidados de limpeza de roupas, materiais e ambiente da residência dos acolhidos.

RECURSOS FINANCEIROS

O Centro Comunitário e Social Dorcas possui convênio com a Prefeitura Municipal para a execução de Programa de Proteção Especial, de Alta Complexidade, através do Programa de Implantação, Regulamentação e Financiamento dos Serviços de Assistência Social que estabelece convênio para repasse de recursos destinados a ações da área de assistência social com entidades integrantes da rede municipal, que estejam devidamente registradas no Conselho Municipal de Assistência Social e cumpram as determinações da legislação referentes aos serviços conveniados.

_ Recursos acessados no ano de 2009 e 2010

O Centro Comunitário e Social Dorcas possui 12 metas conveniadas com a Prefeitura Municipal para a execução desse programa através do Programa de Implantação, Regulamentação e Financiamento dos Serviços de Assistência Social, com valor per capita de R\$ 260,00, totalizando um valor de R\$ 37.440,00 (trinta e sete mil e quatrocentos e quarenta reais) anuais no ano de 2009.

No ano de 2009, encaminhou ao CEDCA (Conselho estadual dos |Direitos da Criança e do Adolescente) projeto no valor de R\$ 24.948,00, sendo R\$ 23.760,00 solicitados ao CEDCA e R\$ 1.188,00 de recursos próprios referentes a 5% de contrapartida da Entidade. Sendo que, de acordo com a deliberação, no mínimo 30% do valor total do projeto, deve destinar-se ao trabalho de reintegração familiar. Deste valor, o referente a pagamento de pessoal é de 40% e destina-se especialmente ao desenvolvimento de ações que contribuam para a reintegração familiar.

No ano de 2010 teve um a revisão de valor do recurso conveniado com a Prefeitura Municipal, ficando previsto à partir de junho de 2010, o repasse mensal de R\$ 5.588,00, prevendo o total do repasse no ano em R\$ 55.652,00 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e dois reais).

_ Estimativa dos gastos para a manutenção do serviço

A estimativa de custo mensal do serviço, envolve alguns valores fixos e outros são variáveis de acordo com a demanda mensal. Os recursos previstos em convênio com o município foram aplicados de acordo com o Plano de Aplicação, sendo importante

destacar que a casa possui capacidade para receber a 12 crianças e que têm sido frequentemente mantido um número superior a essa capacidade no ano de 2010.

O convênio com a Prefeitura Municipal de Toledo, prevê que a aplicação dos recursos, seja 40% destinado a material de consumo, 10% a serviços de terceiros e 50% seja aplicado a pagamento de pessoal. Para complementar as demais despesas são aplicados recursos próprios.

No ano de 2009, foram aplicados no valor de R\$ 16.128,00 (dezesesseis mil, cento e vinte e oito reais), que foram mobilizados através de doações, eventos e campanhas da mantenedora da instituição. Esses recursos foram aplicados no programa com a manutenção de materiais e estrutura, tais como, vestuário, medicamentos, combustível, água, luz, telefone, material escolar, e outros. O valor per capita totaliza aproximadamente, R\$112,00 mensais de recursos próprios.

O custo mensal por criança no acolhimento institucional em 2009, somando-se os recursos conveniados e recursos próprios aplicados, foram de R\$ 372,00 na Casa Lar Dorcas.

ESTRUTURA FÍSICA DA INSTITUIÇÃO;

_ Imóvel localizado em área residencial, oferecendo um ambiente discreto e propício, com 210 m² de dimensões, composto por cozinha e local de refeições, lavanderia, sala de estar, 3 banheiros, 3 dormitórios, visando abrigar o a 12 crianças, garantindo sua privacidade, favorecendo a segurança e a privacidade.

_ Equipamentos e mobiliário básico: mesa, cadeiras, fogão, geladeira, freezer, camas, guarda-roupas, máquina de lavar, centrífuga, estante, sofá, TV, rádio, telefone.

PERFIL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Nº	Idade	Sexo	Mês/Ano inserção	Motivo inserção	Situação Processual	Situação familiar⁴⁵
1	11 anos	F	03/2009	Risco pessoal e social	Destituição do poder familiar	Impedimento judicial de contato com a família;
2	08 anos	F	05/2009	Risco pessoal e social	Destituição do poder familiar	Impedimento judicial de contato com a família;
3	09 anos	M	05/2009	Risco pessoal e social	Destituição do poder familiar	Impedimento judicial de contato com a família;
4	05 anos	F	04/2009	Risco pessoal e social	Em Processo	Impedimento judicial de

⁴⁵ Neste tópico especificar com base nas seguintes opções: (Com família e com vínculo; Com família e sem vínculos; Com família desaparecida; Com impedimento judicial de contato com a família; Sem família; Outra _____)

						contato com a família;
5	01 ano	F	07/2009	Risco pessoal e social	Em Processo	Impedimento judicial de contato com a família;
6	07 anos	M	07/2009	Risco pessoal e social	Destituição do poder familiar	Impedimento social de contato com a família;
7	03 anos	F	07/2009	Risco pessoal e social	Destituição do poder familiar	Impedimento judicial de contato com a família;
8	06 anos	F	07/2009	Risco pessoal e social	Destituição do poder familiar	Impedimento judicial de contato com a família;
9	03 anos	F	11/2009	Risco pessoal e social	Suspensão do poder familiar	Impedimento judicial de contato com a família;
10	04 anos	M	01/2010	Determinação judicial	Em Processo	Impedimento judicial de contato com a família;
11	03 anos	M	02/2010	Risco pessoal e social	Em Processo	Impedimento judicial de contato com a família;
12	04 anos	F	02/2010	Risco pessoal e social	Em Processo	Impedimento judicial de contato com a família;
13	08 anos	F	02/2010	Risco pessoal e social	Em Processo	Impedimento judicial de contato com a família;
14	10 anos	F	06/2010	Risco pessoal e social	Em Processo	Impedimento judicial de contato com a família;

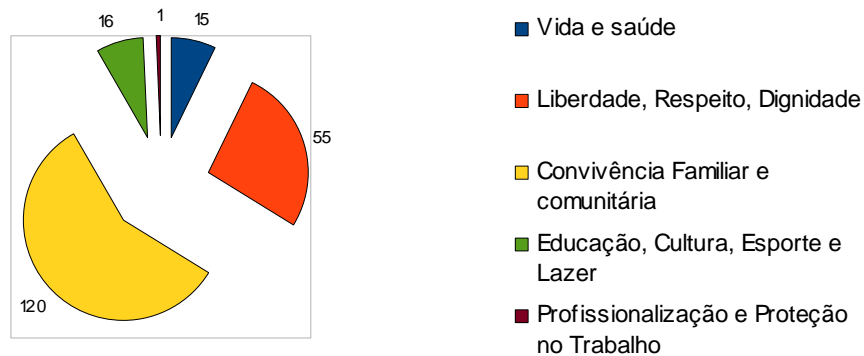
7.2 CONSELHO TUTELAR: A DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Diante da importância do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente efetivar suas ações, destaca-se o Conselho Tutelar “órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei” com a competência legal de defesa destes direitos.

Com o intuito de fortalecer a análise sobre o direito à convivência familiar e comunitária em Toledo, realizou-se pesquisa junto ao Conselho Tutelar através dos dados do SIPIA, sendo que pretende-se discutir sobre a violação dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes nos anos de 2009 e 2010, além do perfil das violações.

No que se refere à violação dos direitos fundamentais das crianças no ano de 2009, o Gráfico 1 apresenta a realidade:

GRÁFICO 1 - VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS CRIANÇAS 2009

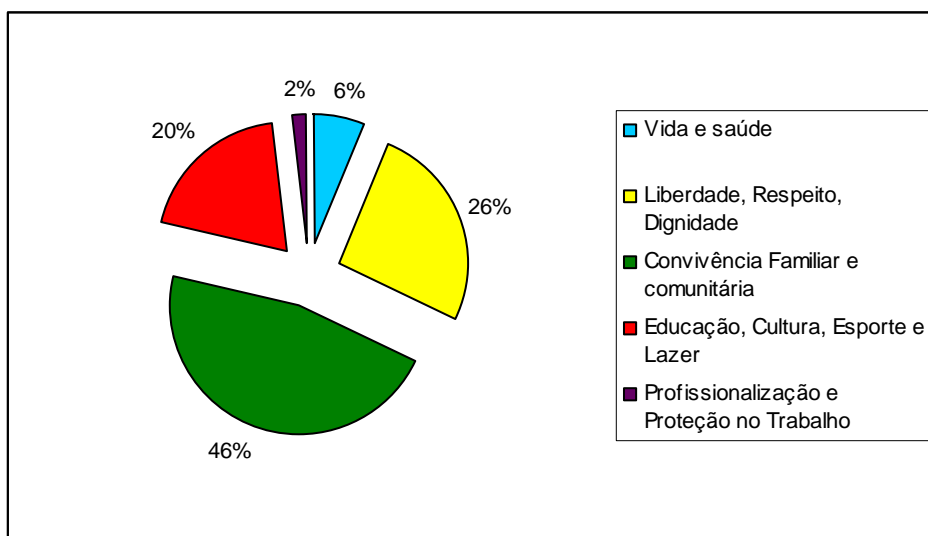


SIPIA, 2009.

Diante da análise do Gráfico 1 evidencia-se que foram registrados 120 (cento e vinte) casos de crianças com a violação do direito à convivência familiar e comunitária, o que corresponde a 57% das violações.

Além disso, no mesmo ano evidencia-se a violação dos direitos dos adolescentes conforme o Gráfico 2:

GRÁFICO 2 - VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS ADOLESCENTES 2009



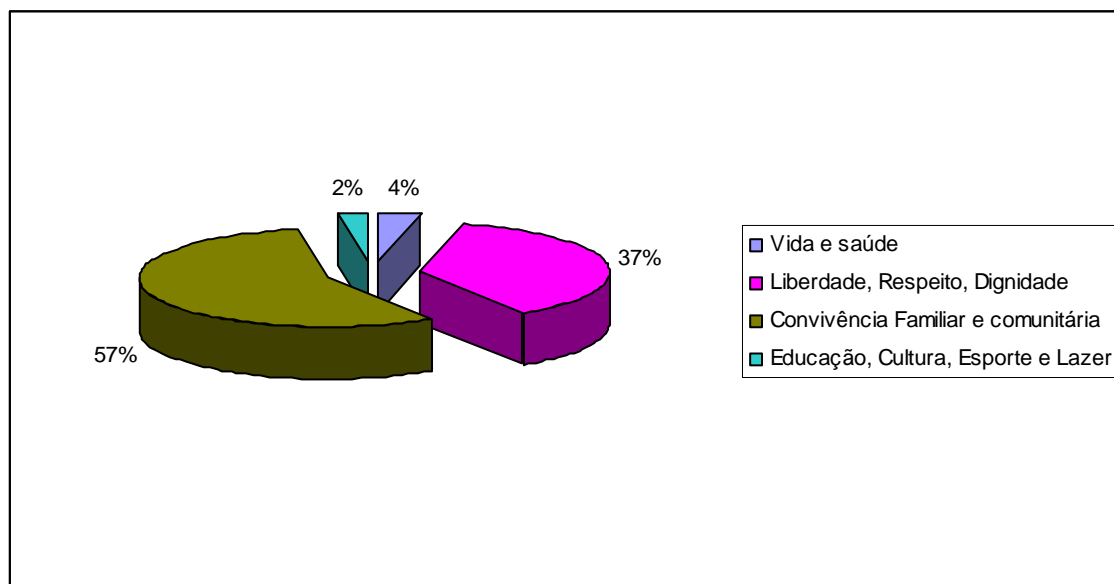
SIPIA, 2009.

Com base nos dados, percebe-se que 46% da violação dos direitos fundamentais dos adolescentes se refere à convivência familiar e comunitária, em sequência o direito à liberdade, respeito e dignidade.

Com o intuito de realizar comparativo com o ano de 2010, referente à violação

dos direitos das crianças:

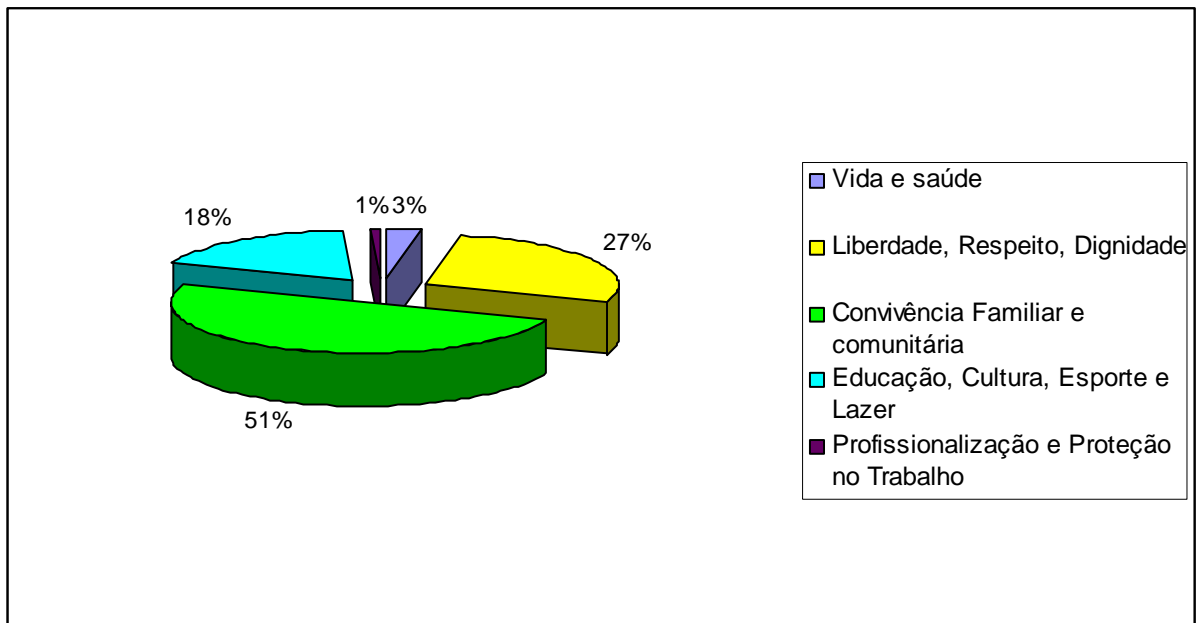
GRÁFICO 3 - VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS CRIANÇAS 2010



SIPIA, 2010.

Em complementaridade, a violação dos direitos dos adolescentes neste mesmo ano evidencia-se conforme Gráfico 4:

GRÁFICO 4 - VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS ADOLESCENTES 2010



SIPIA, 2010.

Considerando a análise dos dados, identifica-se que a violação do direito à convivência familiar e comunitária se constitui como um dos desafios para as intervenções profissionais. Isso se justifica ao passo que discute-se o foco da PNAS na matricialidade familiar, que assinala que

(...) não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social (PNAS, 2004).

Neste sentido, as intervenções devem priorizar o apoio sócio-familiar no sentido de fortalecer os vínculos familiares e comunitários através dos serviços de Proteção Social Básica, pois quando o atendimento se configura como proteção social especial há uma realidade complexa de fragilização e rompimento dos vínculos.

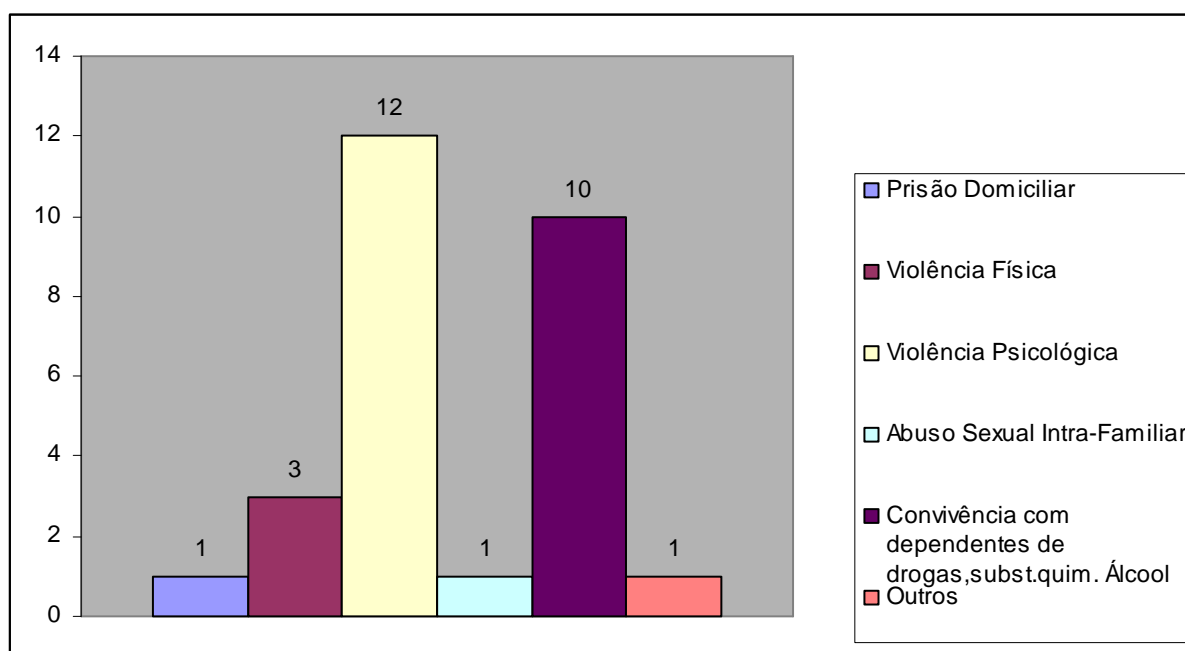
A importância dessas ações é reafirmada, a partir da análise evidenciada pela Tabela 6:

TABELA 6 - PERFIL DAS VIOLAÇÕES 2009 CONFORME AGENTE VIOLADOR

Perfil das violações	Pais ou responsáveis	Inst.Governamental	Sem residência fixa	Outra	Total
Violência Física	7			2	9
Violência Psicológica	23	1		3	27
Abuso Sexual Intra-Familiar	2			3	5
Convivência com dependentes de drogas,subst.quim. Álcool	20	3	1	3	27
Utilização na mendicância	2				2
Utilização na prostituição	1				1

Neste sentido, percebe-se que os pais ou responsáveis constituem-se como os violadores dos direitos das crianças e dos adolescentes, o que é reafirmado no ano de 2010:

GRÁFICO 5 - PERFIL DAS VIOLAÇÕES CONFORME O AGENTE VIOLADOR 2010



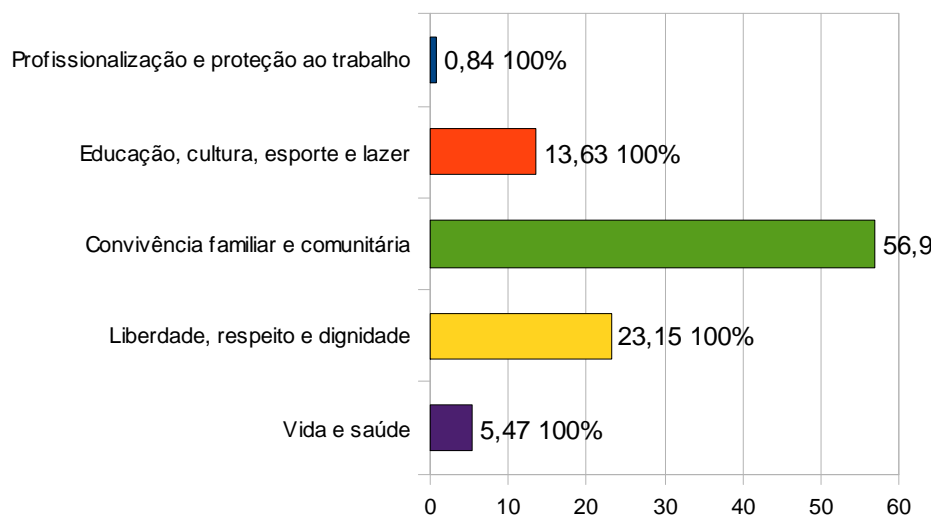
SIPIA, 2010.

Ressalta-se que 12 dos registros de violação dos direitos das crianças e dos adolescentes se refere à violência psicológica e 10 dos registros se referem à violência física. Diante dos agentes violadores dos direitos das crianças e dos adolescentes, 8 das violações se referem à outros violadores, porém os dados evidenciados pelo Gráfico 5 se referem aos pais ou responsáveis como violadores.

Além disso, conforme pesquisa realizada na SECJ regional de Cascavel

apresentam-se os dados:

GRÁFICO 8 – VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES NA REGIONAL DE CASCAVEL



Fonte: SIPIA/Relatórios - 01/01/2006 A 31/12/2006

O maior índice de violação está concentrado no Direito à Convivência Familiar e Comunitária e chega a um total de 2385 registros/fatos, e não deve perder de vista que o total de registros da Regional foi de 4190. Neste sentido a pesquisa apresenta a preocupação de que **“os conselheiros têm encontrado mais facilidade e justificativas mais cômodas para atribuir à família toda a responsabilidade pela ausência de condições materiais e afetivas. Em geral, imputa-se unicamente à família a culpabilização, e não se procura a “raiz”/causas reais motivadoras das violações de direitos. Mas, tem faltado a indagação acerca do papel do Estado e/ou da Sociedade na produção de situações que concorrem total ou parcialmente para a existência das violações”**.

Portanto, as intervenções profissionais devem ter como premissa a responsabilização dos Estado através de intervenções junto às famílias, pois se a família se constitui como violadora dos direitos das crianças e dos adolescentes, numa sociedade capitalista isso repercute as desigualdades sociais e processo de

concentração de renda, sendo essencial a análise da realidade numa perspectiva de totalidade.

8. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES 2010-2013

Diante da luta pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, pretende-se apresentar as propostas apresentadas pelos serviços de acolhimento institucional de Toledo e Comissão Municipal de Acolhimento à crianças e adolescentes, sendo que estas serão apreciadas, discutidas e aprovadas no CMDCA.

As propostas tem como cronograma estabelecido:

Curto prazo: 2010-2011

Médio prazo: 2011-2012

Longo prazo: 2012-2013

Ações permanentes: 2010-2013

Sendo assim, o reordenamento do acolhimento familiar e institucional em Toledo terão como base as propostas:

9. PROCESSO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

A partir da aprovação do Plano de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos à Convivência Familiar e Comunitária à crianças e adolescentes será criada Comissão formada por representantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, com vistas a realizar sistematicamente o processo de monitoramento e avaliação do Plano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do processo de elaboração do Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária identificou-se que se trata da estruturação dos serviços de proteção social de média e alta complexidade.

Sendo assim, constituem-se como desafios inerentes à esta proposta a elaboração e implementação do Programa Municipal de Acolhimento Familiar e Comunitário, para a partir disso elaborar e garantir a efetivação dos projetos de apadrinhamento afetivo, guarda subsidiada, família acolhedora e incentivo à adoção.

Inerente à este processo será elaborado Plano Municipal de Capacitação para os trabalhadores da área de proteção social especial, com base em dois vieses: um referente a organização de um grupo de estudos para discutir sobre o acolhimento familiar e comunitário e um Projeto vinculado à capacitação permanente aos trabalhadores de Proteção Social Especial.

Trata-se de um documento que pretende garantir que o direito à convivência familiar e comunitária seja fortalecido nas áreas de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, Mariza Silveira. **Violação da infância**: crimes abomináveis humilham, machucam, torturam e matam! Porto Alegre: AGE, 2005.

ALENCAR, Francisco; CARPI, Lúcia; RIBEIRO, Marcus V. T. (Orgs). **História da sociedade brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. 3.ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ARAÚJO, Renata. Ser mãe na Colônia: a condição da mulher sob o aspecto da maternidade irregular séculos XVII e XVIII. Disponível em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra10/mulheres.html>>. Acesso em: 16 set. 2006.

AZEVEDO, M. A; GUERRA, V.N. A . **Violência doméstica na infância e na adolescência**. São Paulo: Robe, 1995.

AZEVEDO, M. A; GUERRA, V.N. A . **Infância e violência fatal em família**. São Paulo: Iglu, 1998.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 12. ed. Brasília: UnB, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. 34. ed. São Paulo: Saraiva: 2004a.

BRASIL. **Guia Escolar**: Métodos para a identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004b.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004c.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária**. Brasília: Conanda, 2006.

BRASIL. **Estatuto da Criança e Adolescente (ECA)**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Curitiba: Secretaria de Estado da Criança e da Juventude. 2010.

BRASIL. Programas e projetos. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governofederal/Plan_prog_proj/editassist/Programa. 2004>.

Acesso em: 19 nov. 2005.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Gestão social: alguns apontamentos para o debate. In: RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Raquel (Orgs). **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC, 1999.

CARVALHO, Denise Bomtempo de B. Criança e Adolescente. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 3. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada à Distância, 2000.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, Ana Rojas. et al. **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: IEE/PUC – SP, 2003a.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003b.

CASCUDO, Luís da Câmara. O projeto de melhorar de vida. In: SARTI, Cyntia Andersen. **A Família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Crianças no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

DITADURA. Disponível em:<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ditadura>>. Acesso em: 16 set. 2006.

FERRARI, Mário; KALOUSTIAN, Sílvio M. A importância da família. In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Org). **Família brasileira: a base de tudo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Dílson. **Manual de Sociologia: dos clássicos à sociedade da informação**. São Paulo: Atlas, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOHN, Maria da Glória. Uma proposta teórico-metodológica para a análise dos movimentos sociais na América Latina. In: **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2002.

GRANDE

depressão.

Disponível

em:<http://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_depress%C3%A3o>. Acesso em: 31 ago 2006.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e proteção social. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 71, São Paulo: Cortez, 2002.

GUIMARÃES, Rosamélia F.; ALMEIDA, Silvana C. G. Reflexões sobre o trabalho social com famílias. In: ACOSTA, Ana Rojas. et al. **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: IEE/PUC – SP, 2003.

HISTÓRIA do Brasil República. Disponível em: <http://www.escolavesper.com.br/periodo_do_acucar.htm>. Acesso em: 07 mai. 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Pobreza dificulta retorno à família de crianças e adolescentes abrigados. Disponível em:<<http://www.consciencia.net/2003/11/22/ipea.html>>. Acesso em: 30 out. 2006.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Adolescente e ato infracional: medida sócio-educativa é pena?** São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

LOSACCO, Silvia. O jovem e o contexto familiar. In: ACOSTA, Ana Rojas. et al. **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2002.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: identidade e alienação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Londres, 1872.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Crianças no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MEDEIROS, Marcelo. **A trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990**. Brasília: IPEA, 2001.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MOCELLIN, Renato. **A história crítica da nação brasileira**. São Paulo: Editora do

Brasil, 1987.

MOTA, Myriam B.; BRAICK, Patrícia R. **História**: das cavernas ao Terceiro Milênio. São Paulo: Moderna, 1997.

NEUMANN, Marcelo Moreira. **O que é violência doméstica contra a criança e o adolescente**. CRAMI, 2000.

ORTIZ, Fátima Grave. Trabalho, desemprego e serviço social. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 69, São Paulo: Cortez, 2002.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Crianças no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 45. reimp. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SANTOS, Kátia F. Marques dos. Educação de rua: novos atores em construção: cidadão criança/adolescente e educador de rua. TORRES, Ártemis (Org). **Mato Grosso em movimentos**: ensaios de educação popular. Cuiabá: EdUFMT, 1994.

SANTOS, Lucinete. Adoção ou abrigos de tipo ideal? In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 63, São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Marco Antonio C. dos. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das crianças no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SCARANO, Julita. Criança esquecida das Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das crianças no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

TEIXEIRA, Francisco M. P. **História concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Global, 2000.

TOLEDO. **Mapa de Toledo via satélite**. Disponível em: <www.google.com.br/maps>. Acesso em: 2009.

TOLEDO. **Plano Municipal de Saúde**. 2010-2013.

TOTA, Antonio P.; BASTOS, Pedro I. de Assis. Colonização da América. In: **História geral**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da guerra. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das crianças no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

VIEIRA, Evaldo. **Estado e Miséria Social no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LISTA DE APÊNDICE

APÊNDICE 1 -	FORMULÁRIO NORTEADOR DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	97
--------------	--	----

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 -	DELIBERAÇÃO 04/2009 DO CMDCA.....
ANEXO 2 -	TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.....

ANEXO 1

FORMULÁRIO NORTEADOR SOBRE OS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES

QUESTÕES A SEREM APRESENTADAS EM FORMATO TEXTUAL

ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ O DIA 09/07/2010

ENVIO DAS INFORMAÇÕES NO E-MAIL: psetoledo@yahoo.com.br

Se houver alguma proposta de questão encaminhem por e-mail que encaminho para os demais. Este formulário é uma base de informações essenciais para a elaboração do Plano, porém as instituições podem ampliar as informações e modificá-lo com base em sua realidade.

INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

- _ Nome do dirigente da instituição;
- _ Nome da instituição;
- _ Endereço;
- _ Município;
- _ CEP;
- _ CNPJ;
- _ Página na internet;
- _ E-mail da instituição;
- _ E-mail do dirigente;
- _ Telefone da instituição;
- _ Número de registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- _ Número de registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)

2) PERFIL DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

_ Histórico da instituição de acolhimento;

_ Natureza da instituição (público municipal, público estatal, público federal, organização da sociedade civil, outra_____)

_ Qual a especificidade do serviço de acolhimento (crianças, adolescentes, pessoas com deficiência) com base na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais), com informação sobre a faixa etária atendida, se houver delimitação;

_ Capacidade máxima de atendimento e número atual de atendimentos;

REDE DE SERVIÇOS PARCEIRA NOS ATENDIMENTOS E ENCAMINHAMENTOS DESTA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO;

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO SERVIÇO;

_ Descrever as ações realizadas ao público inserido no acolhimento institucional;

_ Descrever as ações realizadas junto às famílias de origem do público inserido no acolhimento institucional;

5) RECURSOS HUMANOS DA INSTITUIÇÃO:

Nº de profissionais	Função	Formação	Vínculo de trabalho

_ Descrever brevemente as atividades desenvolvidas por cada funcionário;

RECURSOS FINANCEIROS

_ Quais as fontes de recurso para a manutenção do serviço;

_ Quais os recursos foram acessados no ano de 2009 e 2010 pelo serviço, informando qual a forma de repasse e de que fonte (FIA Estadual, FIA municipal, Governo municipal, estadual e federal, entre outros);

_ Se possível quantificar o valor mensal do serviço através da soma de todos os gastos (trabalhadores, alimentação, manutenção dos equipamentos, luz, água, materiais pedagógicos, entre outros);

ESTRUTURA FÍSICA DA INSTITUIÇÃO;

PERFIL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Idade	Sexo	Mês/Ano inserção	Motivo inserção	Situação Processual	Situação familiar⁴⁶

⁴⁶ Neste tópico especificar com base nas seguintes opções: (Com família e com vínculo; Com família e sem vínculos; Com família desaparecida; Com impedimento judicial de contato com a família; Sem família; Outra _____)

9) DIFICULDADES INERENTES AO TRABALHO NAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO;

10) PROPOSTAS PARA O PERÍODO 2010-2013

OBJETIVO	AÇÕES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	PRAZO	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO DESEJADA

ANEXO 2
TABELA 7 - PLANEJAMENTO DAS AÇÕES 2010-2013

Objetivos	Ações	Cronograma	Competência
Garantir recursos financeiros e orçamentários para a manutenção e estruturação dos serviços de acolhimento institucional;	<ul style="list-style-type: none"> _ Discutir junto ao Poder Público municipal a destinação de orçamento para a área de proteção social especial de alta complexidade; _ Buscar junto ao governo estadual e federal recursos para estruturação dos serviços de acolhimento institucional; _ Firmar convênio com as instituições de acolhimento das organizações da sociedade civil; 	Ações permanentes	Secretaria Municipal de Assistência Social CMDCA Ministério Público Vara da Infância, Juventude e Família
Fomentar a articulação e integração entre as políticas públicas de atenção à criança, ao adolescente e famílias	<ul style="list-style-type: none"> _ Estimular a integração entre os conselhos municipais; _ Discutir sobre as políticas públicas de atendimento à criança, ao adolescente e famílias no CMDCA, CMAS e COMAD; _ Propor seminários e encontros regionais para discutir sobre ações no que se refere ao direito à convivência familiar e comunitária; 	Ações permanentes	Secretaria Municipal de Assistência Socialização, Secretaria de saúde, secretaria da cultura, secretaria de esportes, secretaria da educação e secretaria de segurança e trânsito CMDCA, CMAS e COMAD Conselho Tutelar
Fortalecimento dos serviços de apoio sócio-familiar	<ul style="list-style-type: none"> _ Elaborar ações específicas que assegurem o direito à convivência familiar e comunitária em parceria com a rede socioassistencial, CRAS e CREAS; _ Garantir estrutura física, equipamentos e recursos humanos para a prestação de serviços à população; 	Ações permanentes	Secretaria Municipal de Assistência Social
Reordenamento dos	_ Realizar capacitação para os profissionais dos	Curto e médio prazo	Secretaria Municipal de Assistência Social

serviços de acolhimento institucional	<p>serviços de acolhimento;</p> <p>_ Promover reuniões para discutir sobre as novas exigências legais para o acolhimento;</p> <p>_ Implantação do fluxograma de acolhimento familiar e comunitário;;</p> <p>_ Discutir e construir um fluxo de atendimento quando se trata da aplicação das medidas protetivas;</p> <p>_ Elaboração de regimento interno e projeto político pedagógico da instituição de acolhimento;</p> <p>_ Discutir com a Equipe do SAIJ sobre as intervenções a partir do processo de acolhimento;</p> <p>_ Discutir com o Ministério Público e Vara da Infância, Juventude e Família sobre as ações necessárias para o reordenamento dos serviços;</p> <p>_ Discutir com a rede de serviços sobre as ações com objetivo de fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos (SGD)</p>		<p>CMDCA</p> <p>Representantes das instituições de acolhimento</p> <p>Conselho Tutelar, SAIJ</p>
Reordenamento da rede de proteção social especial	<p>_ Realizar reuniões para discutir sobre a definição de papéis das equipes;</p> <p>_ Realizar estudos para se apropriar da legislação pertinente;</p> <p>_ Planejar ações que fortaleçam os serviços;</p>	Curto e médio prazo	Secretaria Municipal de Assistência Social e rede de Proteção Social Especial
Implantação de Casa Abrigo para Adolescentes do sexo feminino	<p>_ Garantir atendimento especializado para adolescentes;</p> <p>_ Fomentar ações específicas;</p> <p>_ Garantir a integridade física das adolescentes;</p>	Longo prazo	Secretaria Municipal de Assistência Social
Ampliação das vagas na	_ Construção e ampliação da estrutura física da	Médio prazo	Secretaria Municipal de Assistência Social

Casa Abrigo Menino Jesus	<p>Casa Abrigo;</p> <p>_ Garantir espaços de acolhida, brinquedoteca e disponibilidade de mais 10 vagas para acolhimento;</p>		
Fortalecimento de ações que facilitem o fluxo das informações entre o sistema de garantia de direitos	<p>_ Reuniões mensais para discussão entre o conselho tutelar e CREAS (direitos violados) sobre os casos em que foram aplicadas medidas protetivas ;</p> <p>_ Discussões entre as equipes de atendimento às crianças, adolescentes e famílias o intuito de realizar ações conjuntas;</p>	Médio prazo	Conselho Tutelar, CREAS I e II, CRASs e instituições da rede
Criação de mecanismos de garantia e defesa dos vínculos comunitários nos Programas de Acolhimento Institucional	<p>_ Realizar atividades externas com as crianças e adolescentes;</p> <p>_ Participar de atividades da comunidade local;</p>	Médio prazo	Instituições de acolhimento
Implantação do Projeto de Guarda Familiar	<p>_ Elaborar o Programa de Guarda familiar, com objetivo de priorizar o atendimento da criança e/ou adolescente na família extensa;</p> <p>_ Criar lei autorizando o Programa e dispor equipe técnica;</p> <p>_ Subsidiar financeiramente a família extensa enquanto a criança e/ou adolescente estiver sob a guarda destes;</p>	Médio prazo	Secretaria Municipal de Assistência Social
Criação e implementação do Projeto de Família Acolhedora	<p>_ Elaborar o Programa no município;</p> <p>_ Criar lei autorizando o Programa e dispor equipe técnica;</p> <p>_ Estruturar com estrutura física e equipe técnica o serviço;</p>	Longo prazo	Secretaria Municipal de Assistência Social

	<ul style="list-style-type: none"> _ Iniciar o processo de cadastramento das famílias acolhedoras; _ Encaminhar crianças para acolhimento familiar enquanto há a necessidade de afastamento do convívio com a família de origem 		
Implementação do Projeto Apadrinhamento afetivo	<ul style="list-style-type: none"> _ Elaborar o projeto; _ Garantir estrutura física e de recursos humanos para a implementação do Projeto; _ Crianças e adolescentes destituídos do poder familiar; 	Longo prazo	Secretaria Municipal de Assistência Social
Divulgação e fomento à prática da adoção	<ul style="list-style-type: none"> _ Firmar parceria com o Grupo de Apoio à Adoção de Toledo; _ Fortalecer a discussão na rede municipal de saúde sobre orientações necessárias às mães que querem dar o filho para adoção; 	Médio e longo prazo	Secretaria Municipal de Assistência Social Vara da Infância, Juventude e Família Ministério Público
Aprimoramento e formação dos trabalhadores da Proteção Social Especial	<ul style="list-style-type: none"> _ Elaborar Projeto de Qualificação permanente para os trabalhadores da área de proteção social especial; _ Reuniões, estudos e oficinas; _ Apresentar à proposta junto à UNIOESTE com o intuito de firmar parceria; 	Ações permanentes	Secretaria Municipal de Assistência Social

ANEXO 3

TABELA 2 - PARÂMETROS LEGAIS REFERENTES AO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Conceitos	ECA	Plano Nacional Convivência familiar e comunitária	Tipificação	Orientações Técnicas
Acolhimento institucional	Art. 101 – VII medida de proteção provisória e excepcional	Modalidades de atendimento: Abrigo Institucional, Casa Lar e Casa de Passagem	Serviço da proteção social especial alta complexidade Atendimento em diferentes tipos de equipamentos Modalidades: _ unidade residencial ou; _ unidade institucional; _ residências inclusivas para jovens e adultos com deficiência;	Abrigo Institucional que oferece acolhimento, cuidado e espaço de desenvolvimento para grupos de crianças e adolescentes. Modalidades Abrigo Institucional, Casa Lar e República
Equipe mínima para acolhimento institucional	Art. 101 - § 4º que assinala sobre a elaboração do Plano Individual de Atendimento, discute-se sobre avaliação interdisciplinar	Não consta	Orienta conforme NOB/RH/SUAS e Orientações Técnicas	Coordenador, cuidador e auxiliar de cuidador. 1 Assistente Social e 1 psicólogo para atendimento de até 20 crianças com carga horária mínima de 30Hrs/semanais, mesmo posicionamento da NOB/RH/SUAS
Abrigo Institucional	Art. 101 – VII medida de proteção provisória e excepcional e Art. 92	Executam um serviço público de proteção e cuidado de crianças e adolescentes em ambiente institucional	Unidade institucional semelhante a uma residência, destinada a um grupo de até 20 crianças e/ou adolescentes com educadores/cuidadores com turnos fixos diários	Oferece acolhimento, cuidado e espaço de desenvolvimento para grupos de crianças e adolescentes em situação de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir a sua função de cuidado e proteção Máximo de atendimento: 20 crianças e/ou adolescentes Equipe técnica: Coordenador, cuidador e auxiliar de

				cuidador e 1 Assistente Social e 1 Psicólogo com carga horária mínima de 30 Hrs/semanais, mesmo posicionamento da NOB/RH/SUAS
--	--	--	--	---

Conceitos	ECA	Plano Nacional Convivência familiar e comunitária	Tipificação	Orientações Técnicas
Casa Lar	Art. 101 – VII medida de proteção provisória e excepcional	Oferecem programas de abrigo, atendimento oferecido em unidades residenciais, nas quais um cuidador residente se responsabiliza pelos cuidados de até 10 crianças e/ou adolescentes, devendo receber supervisão técnica	Atendimento em unidade residencial onde uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente, prestando cuidado a um grupo de até 10 crianças e/ou adolescentes	Uma pessoa ou casal trabalha como cuidador/educador residente – em uma casa que não é sua, prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes sob medida protetiva Equipe Técnica : Coordenador, Cuidador/Educador/Residente, Auxiliar de cuidador/educador e 1 Assistente Social e 1 Psicólogo
Casa de Passagem	Art. 101 – VII medida de proteção provisória e excepcional	É citada como uma das modalidades. Acolhimento institucional de curtíssima duração, onde se realiza diagnóstico eficiente, com vista à reintegração à família de origem ou encaminhamento para Acolhimento Institucional ou Familiar, que são medidas provisórias e excepcionais	Não consta	Não consta
República	Art. 101 – VII medida de proteção provisória e excepcional	Modalidade de Acolhimento Institucional que visa a transição da vida institucional para a vida autônoma, quando atingida a maioridade, sem contar necessariamente com características de ambiente	Serviço que oferece proteção, apoio e moradia subsidiada a grupos de pessoas maiores de 18 anos, em estado de abandono, situação de vulnerabilidade e	A república é um estágio na construção da autonomia pessoal e uma forma de desenvolver possibilidades de auto-gestão, auto-sustentação e independência, para atendimento à jovens entre 18 e 21 anos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e em desligamento de serviços de acolhimento para crianças e

Conceitos	ECA	Plano Nacional Convivência familiar e comunitária	Tipificação	Orientações Técnicas
		familiar. Moradia onde os jovens se organizam em grupo com vistas à autonomia	risco social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e autossustentação Organização em unidades femininas e unidades masculinas Jovens 18 a 21 anos	adolescentes Atendimento máximo de 6 jovens, com equipe técnica formada por coordenador, 1 Assistente Social e 1 Psicólogo com carga horária 30Hrs/semanais, mesmo posicionamento da NOB/RH/SUAS

Conceitos	ECA	Plano Nacional Convivência familiar e comunitária	Tipificação	Orientações Técnicas
Acolhimento familiar	Art. 101 – VIII medida de proteção provisória e excepcional	Programa de Famílias Acolhedoras – serviço que organiza o acolhimento na residência de famílias acolhedoras de crianças e adolescentes afastados da família de origem por medida protetiva. Proteção Integral até que seja possível a reintegração familiar	Serviço de acolhimento em família acolhedora, sendo adequado ao atendimento de crianças e adolescentes cuja avaliação da equipe técnica indique a possibilidade de retorno à família de origem, nuclear ou extensa	Serviço de acolhimento provisório, até que seja viabilizada uma solução de caráter permanente de reintegração familiar ou excepcionalmente adoção. Há a vinculação ao programa com a previsão da divulgação, seleção, preparação e acompanhamento das famílias acolhedoras. Número máximo de 1 criança ou adolescente por família, exceto quando grupo de irmãos
Equipe Técnica para o acolhimento familiar	Art. 101 - § 4º que assinala sobre a elaboração do Plano Individual de Atendimento	Não consta	Orienta conforme a NOB/RH/SUAS e Orientações Técnicas	1 Coordenador e 1 Assistente Social e 1 Psicólogo para cada 15 famílias acolhedoras com carga horária mínima de 30 Hrs

Conceitos	ECA	Plano Nacional Convivência familiar e comunitária	Tipificação	Orientações Técnicas
	, discute-se sobre avaliação interdisciplinar			